

Diário da Assembléia

Nº 2461

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO THOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULLO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olívio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Ceroni de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lúlio Guimarães, Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Eloy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto
Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff
M.D.B.: Alencar Furtado
Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Gilberto Felix da Silva
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo
Suplentes:
ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Lóris Cordeiro de Barros
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Ivo Gusso
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych
Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: Ney Rodrigues
Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Suplentes:
ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior
M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Roberto Diniz Sato
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani
Suplentes:
ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Carmen Aparecida Fregonese
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:
ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 1-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto no Art. 244, da Lei n. 293, de 24 de novembro de 1949, faz saber ao funcionário Marco Antonio Marconcin, ocupante do cargo de nível PL "19", isolado de provimento efetivo de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento no serviço por mais de trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente Edital de Chamamento, pelo prazo de vinte (20) dias, contados da sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu afastamento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal, sob pena de dispensa por abandono de cargo nos termos do Art. 35 da já citada Lei.

E, para que não alegue ignorância é expedido o presente Edital de Chamamento que será publicado nos Diários da Assembleia e Oficial do Estado. Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE
Diretor Geral

(3 vezes - 1a.)

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 2-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto no Art. 244, da Lei n. 293, de 24 de novembro de 1949, faz saber a funcionária Cleonice Pereira, ocupante do cargo de nível PL "19", da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento por mais de trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente Edital de Chamamento, pelo prazo de vinte (20) dias, contados de sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu afastamento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal, sob pena de dispensa por abandono de cargo, nos termos do Art. 35 da já citada Lei.

E, para que não alegue ignorância é expedido o presente Edital de Chamamento que será publicado nos Diários da Assembleia e Oficial do Estado. Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE
Diretor Geral

(3 vezes - 1a.)

DECRETO LEGISLATIVO N. 235-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1915 de 15 de março de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Agnaldo Pereira Lima, o funcionário Wilson Ramos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 236-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1685-70, de 6 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual a Lúcio Guimarães Sotelo, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 9 de abril do corrente ano de 1970, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 237-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2150 de 23 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem junto ao Gabinete da 2ª Vice-Presidência as seguintes funções, percebendo gratificação de função e de representação a partir de 1.º de abril do corrente ano:

Walter Adão Pinto de Macedo — Chefe de Gabinete (4-F)
Maria José Távora Gil Belem — Auxiliar de Gabinete (6-F)
Miguel Jorge Nasser Neto — Auxiliar de Gabinete (6-F)
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 238-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2381 de 23 de março de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Roberto Galvani, a funcionária Hilda Guilomar Arguello, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 239-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2282 de 27 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

designar Ethel de Pinho Neves, funcionária do Quadro de Pessoal da Se-

cretaria desta Assembleia, a prestar serviços no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 240-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2117-70, de 23 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Manuel Fernandes Maia Junior, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.956, 1.967 e 1.968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 241-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1602-70, de 6 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Esterben Guimarães Plaisant, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 15 de janeiro do corrente ano de 1.970, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 242-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1585-70, de 6 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Joana de Lima, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Zelador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de janeiro de 1.970, data em que completou cinco (5) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 243-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1753-70, de 10 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Edison Carlos de Oliveira, ocupante do cargo de nível PL "8", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um (1) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 244-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2008 de 17 de março de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n. 4979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Alberto Carazzat Neto, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um (1) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 245-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1865 de 15 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual a Raul Zipperer, ocupante do cargo de nível PL "13", da carreira de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1970, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de maio de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

- l) — as certidões afirmativas ou negativas de onus, protestos de título de ações ou de quaisquer atos judiciais;
 - m) — os impostos e taxas fiscais que forem pagos por determinação judicial ou em função do processo;
 - n) — as multas impostas na forma das leis vigentes;
 - o) — as indenizações devidas a testemunhas, na forma de lei;
- Parágrafo único — Os atos previstos em lei ou decorrentes dos estilos e prazos do fóro não incluídos na discriminação feita neste artigo ou qualquer das tabelas anexas, reputar-se-ão remunerados pelo conjunto das demais taxas ou pelos vencimentos percebidos por aquele que os praticar.

Art. 3.º — Constituem custas de retardamento:

- a) — as que paga o autor, quando o réu é absolvido de instância;
- b) — as que paga o exipiente que decai da exceção;
- c) — as que paga o recorrente, quando o juízo "a que" lhe nega provimento.

CAPÍTULO II

Contagem das custas

Art. 4.º — As custas serão contadas, em todos os efeitos, com discriminação e clareza, pelo contador público e cotadas da mesma forma, no final de cada instrumento, ato ou processo, pelo serventário, auxiliar ou funcionário que o tiver lavrado.

Parágrafo único — O prazo para a contagem de qualquer feito é de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 5.º — No Tribunal de Justiça, as custas serão contadas por funcionários da seção competente e as respectivas custas visadas pelo Diretor-Secretário.

Art. 6.º — Os tabelões consignarão, nos atos praticados nos livros respectivos, para constarem dos translados e certidões que fornecerem, as custas cobradas.

Art. 7.º — Os oficiais de Registros Públicos, bem como os de Protestos de Títulos, além da cota lançada nos documentos oriundos do registro, consignarão no final do ato praticado no livro respectivo as custas do ato.

Art. 8.º — No juízo arbitral, as custas serão contadas pela pessoa que servir de escrivão e na conformidade do estipulado no ato de instituição respectiva.

Parágrafo único — Ocorrendo omissão, aplicam-se as tabelas constantes deste Regimento.

CAPÍTULO III

Pagamento das Custas

Art. 9.º — As custas, nos feitos judiciais, serão pagas ao respectivo escrivão, que certificará o preparo nos autos e fornecerá recibo.

Parágrafo único — As custas da tabela VIII, n.º III, e as do Distribuidor, serão pagas ao ato da distribuição.

Art. 10.º — Lançada a conta pelo contador, o escrivão fará conclusos os autos ao juiz, que, depois de verificá-la e fazer as glosas ou adições necessárias, nela aprorá seu "visto".

Parágrafo único — As contas só serão consideradas exigíveis após o "visto" do juiz respectivo, que ficará também, responsável pela sua exatidão.

Art. 11.º — Recebidos os autos, com o "visto" a que se refere o artigo anterior, o escrivão diligenciará em 48 horas a intimação pessoal da parte, ou do respectivo procurador, responsável pelo pagamento, exarando a competente certidão.

Art. 12.º — Efetuado o pagamento, o escrivão distribuirá as autoridades, serventários, funcionários ou auxiliares da Justiça, a quota-parte de cada um, mediante rubrica na própria conta, no prazo de 15 dias, sob pena de pagá-las em dobro.

Art. 13.º — As custas devidas à Ordem dos Advogados e às Associações dos Magistrados e do Ministério Público, serão recolhidas mensalmente, incumbindo ao Distribuidor fazê-lo encaminhar às respectivas entidades.

Art. 14.º — Decorridos 30 dias da intimação a que se refere o artigo 11.º, se a parte ou o seu procurador não houver efetuado o pagamento das custas o escrivão certificará a ocorrência e mediante despacho do juiz notificará a parte contrária ou o órgão do Ministério Público, se for o caso.

Parágrafo único — Tratando-se de feito ou recurso em que o não pagamento das custas, em prazo certo, importará desistência, renúncia ou desistência, esgotado o prazo, o escrivão certificará nos autos fazendo os conclusos ao juiz.

Art. 15.º — As custas regulares por leis federais serão pagas na conformidade de provimento da Corregedoria Geral da Justiça.

Parágrafo único — As custas devidas nos processos de liquidação de indenização por acidente do trabalho, consequentemente a acordos entre as partes, serão distribuídas entre pessoas integrantes do respectivo juízo na conformidade do disposto em portaria baixada bienalmente pelo Corregedor.

Art. 16.º — O pagamento das custas ao serventário ou funcionário competente, importa na presunção de preparo do processo ou recurso na data respectiva.

Art. 17.º — As custas a cargo da Fazenda Pública estadual e municipal serão pagas mediante despacho da autoridade competente em requerimento devidamente instruído, firmado pelo escrivão do feito, por si e em nome dos demais interessados, exceto as da distribuição, que serão pagas no ato.

Art. 18.º — O culpado pelo extravio de qualquer feito pagará as custas de reforma dos autos perdidos.

Art. 19.º — A falta de depósito ou pagamento das custas referentes aos atos ou diligências de defesa do réu, em processo criminal não obstará a que sejam praticados e, realizados, oportunamente, aqueles atos ou diligências, ficando a salvo aos interessados a cobrança pela via legal das custas devidas.

CAPÍTULO IV

Isenções e Reduções

Art. 20.º — São isentos de custas:

a) — os processos criminais de ação pública, ou quaisquer outros de iniciativa do Ministério Público, salvo as exceções da lei processual respectiva;

b) — os processos de habeas-corpus, quer em primeira, quer em segunda instância;

c) — os conflitos de jurisdição suscitados por autoridades judiciárias;

d) — os processos de reclamação referentes a custas em primeira instância e as reclamações, representações, revisões em processos de menores, consultas, recursos e, em geral, os processos da competência do Corregedor e do Conselho Superior da Magistratura;

e) — as habilitações de casamentos de pessoas comprovadamente pobres;

f) — feitos em que houver decaído a parte beneficiada pela justiça gratuita nos termos das leis processuais;

g) — os atos e processos referentes a menores abandonados e delinquentes, bem como os relativos a licença para o trabalho de menores;

h) — nas ações por acidente do trabalho, o acidentado ou os seus beneficiários, quando vendidos;

i) — os processos de arrecadação de herança jacente e bens vagos de valor inferior a NCr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos);

j) — os processos de arrolamento e inventário, de valor inferior ao maior salário mínimo vigente no Estado;

k) — os processos de alvarás de levantamento de depósitos em nome de órfãos ou interditos de valor inferior ao maior salário mínimo vigente no Estado;

m) — os atos das autoridades, serventários, auxiliares ou funcionários da Justiça que importem em fornecimento ou autenticação de papel ou documento que deva instruir pedido ou processo de benefício da Justiça gratuita, assim como aqueles expressamente declarados gratuitos por lei federal ou estadual uma vez que consignado no respectivo texto o fim a que se destina.

Art. 21.º — Nos executivos de valor inferior a NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos), serão devidas pela metade as custas respectivas.

Parágrafo único — Não podem, porém, ultrapassar o duplo da dívida ajustada, caso em que, reembolsadas as despesas de diligências efetuadas, serão as custas rateadas, pelo juiz, em despacho.

Art. 22.º — Nos feitos de valor reduzido, contestados ou não, e nos processos sem valor determinado, inclusive preparatórios, preventivos ou incidentes, poderá o juiz, em despacho fundamentado, reduzir até a metade as custas respectivas, menos as de diligências, mediante pedido do interessado e uma vez convencido da boa fé do autor o requerente e do resultado certamente negativo ou de que apenas será alcançado em parte o objetivo do procedimento judicial.

Parágrafo único — A redução será obrigatória, quando, antes da contestação, nos feitos que a comportarem, houver desistência voluntária do pedido.

Art. 23.º — Se a parte indicar a data precisa do arquivamento ou o livro e a folha do ato que pedir, ou, tratando-se de documentos em processo, indicar mês e ano, a busca será cobrada pela metade.

Art. 24.º — Nas reduções estatuídas neste capítulo, não se inclui a taxa judiciária, cuja incidência é regulada em lei própria.

CAPÍTULO V

Penalidades

Art. 25.º — O juiz que visar a conta de custas em que haja parcelas indevidas ou excessivas, torna-se passível da pena disciplinar.

Art. 26.º — Quem não cotar as custas em conformidade a este Regimento, perderá, pela primeira falta cometida, o direito aos emolumentos que, se cotados e recebidos, serão restituídos em dobro.

Art. 27.º — O serventário, auxiliar ou funcionário da Justiça que contar, cotar ou receber custas indevidas ou excessivas, ou desviar ou apropriar-se de custas pertencentes a outrem, fica sujeito às penas, conforme a gravidade da infração e as circunstâncias do ato praticado, de advertência verbal ou em ofício reservado, censura nos autos ou em portaria, multa pagável em dinheiro que será recolhido aos cofres estaduais em décuplo e suspensão até 30 (trinta) dias com perda dos proventos do cargo, além das perdas das custas cotadas ou restituídas em dobro das recebidas indevidamente, ou em excesso, desviadas ou reidas.

§ 1.º — Fica vedado aos serventários da Justiça a realização de qualquer trabalho que não seja peculiar às suas atribuições e ao ato que estiverem praticando. A cobrança de quaisquer quantias a esse título importará na aplicação das penas deste artigo.

§ 2.º — As penas do presente artigo serão aplicadas pelo juiz ou pelo Corregedor, ou pelo relator do processo em qualquer das Câmaras do Tribunal de Justiça, ou ainda pelo Presidente do Tribunal, em relação aos funcionários do Tribunal de Justiça.

§ 3.º — Quando a penalidade for imposta pelo Juiz, será o fato comunicado ao Conselho Superior da Magistratura, por intermédio do Presidente do Tribunal, ao Corregedor. Nos demais casos, a comunicação será feita à Corregedoria Geral, que se incumbirá das notificações necessárias ou da publicidade do ato, se for o caso.

Art. 28.º — Tratando-se de serventário, auxiliar ou funcionário da Justiça, sem garantia de estabilidade, o recebimento de custas indevidas ou excessivas, por malícia ou reiteração do erro, provida esta por certidão de advertência anteriormente imposta e definitivamente julgada, poderá a falta, também, autorizar a demissão do culpado, a qual, no caso em que a expedição do respectivo ato administrativo seja da atribuição do Governador do Estado, ou de autoridade subordinada ao Executivo, dependerá, na esfera judiciária, de resolução e proposta do Conselho Superior da Magistratura, obedecidas as formalidades legais.

Parágrafo único — No processo para aplicação da pena a que se refere o presente artigo, o Corregedor funcionará como instaurador e relator.

Art. 29.º — As penalidades constantes dos artigos 25 e 26, do Código de Processo Civil, bem como outras da mesma natureza estatuídas em outras leis, serão aplicadas, sem prejuízo das previstas neste Regimento e sem prejuízo, em qualquer caso, da ação penal cabível.

Art. 30.º — A pena de restituição ou de multa, imposta por infração deste Regimento ou de qualquer outra lei, não extingue dentro de 48 (quarenta e oito) horas, será convertida em suspensão até 30 (trinta) dias e assim será considerada para efeito do disposto na Lei de Organização Judiciária.

CAPÍTULO VI

Reclamações e Recursos

Art. 31.º — A reclamação contra infração deste Regimento imputada a Juiz, será feita por meio de petição, devidamente instruída e dirigida ao Corregedor Geral da Justiça, que a decidirá desde logo ou a relatará perante o Conselho Superior da Magistratura, conforme a gravidade do fato.

funcionário da Justiça, a reclamação será dirigida ao Juiz, a autoridade perante a qual servir.

Parágrafo único — Tratando-se de fato que possa ocasionar aplicação de multa ou de suspensão, poderá o Juiz examinar e a reclamação ao Corregedor a quem será em qualquer caso comunicado a ocorrência ou reclamação e a respectiva decisão quando já houver sido proferida.

Art. 33 — A atribuição conferida ao Juiz, pelo artigo anterior não exclui competência do Corregedor para receber, originariamente, qualquer reclamação contra serventuário, auxiliar ou funcionário da Justiça de primeira instância.

Parágrafo único — Conhecendo a reclamação que lhe for dirigida poderá o Corregedor encaminhá-la ao Juiz para a respectiva instrução.

Art. 34 — Instruída a reclamação, proferirá o Corregedor a sua decisão, se não preferir relatar o processo perante o Conselho Superior da Magistratura, atendida a gravidade do fato.

Art. 35 — De decisão ou ato impositivo, de pena disciplinar por infração deste Regimento, cabe recurso, admissível dentro de 5 (cinco) dias, para o Conselho Superior da Magistratura ou para o Tribunal Pleno se a decisão for do Conselho Superior da Magistratura.

§ 1.º — O recurso que terá sempre efeito suspensivo, seguirá em primeira instância, no que for aplicável, o processo de agravo de instrumento, em matéria civil, salvo quanto ao que se refere a custas e preparo.

§ 2.º — Se o Juiz reformar o despacho poderá o reclamante protestar pela subida nos autos a superior instância.

§ 3.º — Tratando-se de pena imposta pelo Juiz, o Corregedor funcionará, em segunda instância, como relator do recurso.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 36 — A estimativa do valor da causa para efeito do compute das custas proporcionais, far-se-á em regra geral de acordo com o disposto no Livro I, Título V, Código de Processo Civil.

Parágrafo único — Na reconvenção o valor da causa para efeito deste Regimento, passará a ser o equivalente à metade do valor da ação.

Art. 37 — Nas execuções de sentenças líquidas as custas serão cobradas na base de dois terços das custas da ação; nos demais casos na base de um terço.

Parágrafo único — Se houver concurso de credores, o valor será o ativo apurado.

Art. 38 — Nos processos de desapropriação, a conta de custas será feita na base do preço real de indenização, fixado, na sentença ou no termo de acordo.

Art. 39 — Nas ações inestimáveis e em geral, mas causas de valor não conhecido, tomar-se-á para base do cálculo de custas, o critério da fixação do Juiz, de acordo com a natureza da causa.

Parágrafo único — Nas ações possessórias, o valor da causa será o equivalente a um quarto do valor venal do imóvel.

Art. 40 — Aos serventuários, auxiliares e funcionários da Justiça é facultado exigirem o prévio depósito da metade dos emolumentos do traslado, registros, certidões, publicações formais ou quaisquer outros atos ou documentos encomendados por interessados e que não possam ser praticados ou concluídos no momento; e, em tal caso, ficam obrigados dar recibo da importância antecipada.

Art. 41 — Os escrivães do crime, salvo o caso do artigo 32, do Código de Processo Penal, poderão exigir o depósito prévio mediante recibo das custas calculadas nas ações intentadas mediante queixa, sem o que nenhum ato ou diligência será realizada.

Art. 42 — Os escrivães do civil e comércio, ramos interditos, ausentes, e providoria, poderão exigir da parte autora ou requerente a título de garantia das primeiras diligências a serem efetuadas e das despesas com material e expediente do cartório, o depósito inicial de quantia não excedente da metade de suas custas calculadas.

Parágrafo único — Os depósitos serão certificados nos autos bem como, os abonos de despesas com diligências e respectivos comprovantes, para serem oportunamente, abatidos pelo contador.

Art. 43 — As despesas de conduções e hospedagem das pessoas integrantes do Juízo, poderão ser satisfeitas de imediato pela própria parte interessada na realização da diligência.

§ 1.º — Quando não lhes sejam proporcionadas a condução e hospedagem, nos termos deste artigo, o Juiz poderá determinar o depósito prévio de quantia calculadamente suficiente ao provimento das referidas despesas, preferindo-se o menos dispendioso em veículos e em hospedarias, contanto que compatíveis com a consideração devida aos órgãos da Justiça.

§ 2.º — Nas cidades vilas e povoações, ou nos itinerários servidos por linhas regulares de transporte coletivo, nenhum serventuário auxiliar ou funcionário da Justiça poderá utilizar-se de outro meio de condução, salvo se as condições do tempo não o permitirem, a urgência da execução do serviço o requerer, ou a parte interessada autorizar expressamente, a sua custa, o uso de veículos privados.

Art. 44 — Além de um exemplar deste Regimento à disposição das partes, os serventuários são obrigados a ter nos seus cartórios ou escritórios, em lugar em que possa ser facilmente consultado, um quadro com a tabela das custas relativas aos atos mais comuns de suas atribuições.

Art. 45 — Aos distribuidores, incumbido proceder, no ato do cálculo de custas ao cancelamento das distribuições de ações executivas fiscais, uma vez pagas nas respectivas Varas da Fazenda Pública, independentemente de despacho judicial.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

Art. 46 — Os dispositivos dos Códigos de Processos, Civil ou Penal e as leis federais que se referem a matéria de que trata este Regimento, bem como a lei de Organização Judiciária do Estado e o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aplicam-se subsidiariamente ou supletivamente.

Art. 47 — Este Regimento entrar-se-á em todos os efeitos pendentes que ainda não se achem coroados a final.

Art. 48 — As tabelas do presente Regimento de Custas serão atualizadas anualmente, na base de até a média percentual dos aumentos de salário mínimo nas diversas regiões do Estado.

§ 1.º — A atualização prevista neste artigo somente se iniciará quando

do primeiro aumento do salário mínimo, ocorrido após um ano de vigência do Regimento de Custas.

§ 2.º — Na época oportuna o Desembargador Corregedor Geral da Justiça baixará resolução a respeito.

Art. 49 — As omissões deste Regimento serão resolvidas ou pela aplicação de tabelas semelhantes ou por instruções do Corregedor, através consulta.

Art. 50 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

Atos do Tribunal de Justiça

Secretaria do Tribunal de Justiça

I — Quaisquer recursos vindos da primeira instância ou interpostos para Tribunais Superiores	NCR\$ 5,00
II — Reclamações, correções parciais e conflitos de Jurisdição	NCR\$ 5,00
III — Mandados de segurança originários:	
a) — um só requerente	NCR\$ 5,00
b) — por requerente que exceder	NCR\$ 1,00
IV — Ação rescisória, 4% sobre o valor da causa, com o mínimo de NCR\$ 5,00 e o máximo de	NCR\$ 30,00
V — Deserção	NCR\$ 3,00
VI — Alvarás, ofícios editais, traslados, carta precatória ou rogatória:	
a) — uma única folha	NCR\$ 2,00
b) — por folha excedente, cada uma	NCR\$ 0,50

Nota 1 — Nos demais processos originários cobrar-se-ão as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

Nota 2 — As custas previstas nos itens I e III e V serão pagas antecipadamente, na Secretaria do Tribunal na forma da Lei dos números IV e VI, na terminação do feito ou com a entrega do documento.

TABELA II

Diretor Secretário do Tribunal de Justiça

I — Certidões:	
a) — As mesmas custas taxadas no item IV da tabela IX	
II — Registro de diplomas de bachareis ou cartas de doutoras em direito	NCR\$ 10,00
III — Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria:	
a) — As mesmas custas dos Tabelões	

TABELA III

Diretor do Departamento de Corregedoria Geral da Justiça e Secretário da Procuradoria Geral do Estado.

I — Certidões:

a) — As mesmas custas taxadas no item IV da Tabela IX.

TABELA IV

JUIZES DE DIREITO

I — No Civil	
a) — Decisões homologatórias, em quaisquer processos, despachos saneadores e sentenças definitivas em processos administrativos	NCR\$ 2,00
b) — Sentenças definitivas em processos contentiosos	NCR\$ 5,00
c) — Recursos:	
Embargos, sustentações ou reforma de despacho em recurso de agravo	NCR\$ 2,00
II — No Crime	
a) — Livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação, decisões homologatórias, questões prejudiciais, perícias em geral, restituições de coisas apreendidas, sequestro, incidentes em geral, fiança, busca e apreensão	NCR\$ 2,00
b) — Sentenças definitivas	NCR\$ 5,00
c) — Recursos:	
sustentação ou reforma de qualquer natureza	NCR\$ 2,00
III — Diligência	
a) — na sede da comarca	NCR\$ 3,00
b) — fora da sede	NCR\$ 5,00

TABELA V

JUIZES SUBSTITUTOS

I — As mesmas custas taxadas na Tabela IV.

TABELA VI

JUIZES DE PAZ

I — Pela arrecadação provisória de bens do defunto, de ausente ou vagos	2%
Nota 1 — As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas a parte.	
Nota 2 — Pela diligência de casamento as mesmas custas taxadas na tabela IV.	

TABELA VII

Atos do Ministério Público

I — Em Superior Instância	
a) — Aos Procuradores da Justiça pela intervenção em qualquer processo civil ou criminal sujeito a custas	NCR\$ 1,50

II — Em Primeira Instância

a) Aos Promotores Públicos ou Substitutos, pela sua intervenção em qualquer processo de natureza criminal, sujeito a custas	NCr\$ 0,50
c) Pela intervenção nos processos de concurso para provimento de serventia da Justiça, inclusive exame de habilitação, de cada candidato	NCr\$ 0,50
d) Pela intervenção no processo de habilitação para o casamento	NCr\$ 0,50

III — Aos Curadores, as mesmas custas taxadas para os Promotores Públicos

IV — Diligências aos Promotores e Curadores, as mesmas custas taxadas para os Juizes de Direito

TABELA VIII

ASSOCIAÇÕES

I — A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, por feito de natureza contenciosa	NCr\$ 0,50
II — A Associação do Ministério Público, por feito em que intervenha o respectivo representante	NCr\$ 0,50
III — A Associação dos Magistrados do Paraná, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro	NCr\$ 50,00

TABELA IX
ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL

I — Arrecadação de herança jacente e bens vagos	NCr\$ 50,00
II — Alvará:	
a) — Até NCr\$ 50,00	NCr\$ 3,00
b) — de NCr\$ 50,01 à NCr\$ 100,00	NCr\$ 5,00
c) — de NCr\$ 100,01 à NCr\$ 500,00	NCr\$ 8,00
d) — de NCr\$ 500,01 à NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 10,00
e) — de NCr\$ 5.000,01 em diante	NCr\$ 15,00
III — Arrolamentos e inventários	
As custas serão cobradas sobre o valor do monte mór, na seguinte tabela:	
a) — Até NCr\$ 250,00	NCr\$ 30,00
b) — de NCr\$ 250,01 à NCr\$ 500,00	NCr\$ 35,00
c) — de NCr\$ 500,01 à NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 45,00
d) — de NCr\$ 1.000,01 à NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 65,00
e) — de NCr\$ 2.000,01 à NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 80,00
f) — de NCr\$ 3.000,01 à NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 100,00
g) — de NCr\$ 4.000,01 à NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 115,00
h) — de NCr\$ 5.000,01 à NCr\$ 7.500,00	NCr\$ 135,00
i) — de NCr\$ 7.500,01 à NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 160,00
j) — de NCr\$ 10.000,01 à NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 170,00
k) — de NCr\$ 15.000,01 à NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 180,00
l) — de NCr\$ 20.000,01 à NCr\$ 25.000,00	NCr\$ 190,00
m) — de NCr\$ 25.000,01 à NCr\$ 30.000,00	NCr\$ 200,00
n) — de NCr\$ 30.000,01 à NCr\$ 35.000,00	NCr\$ 210,00
o) — de NCr\$ 35.000,01 à NCr\$ 40.000,00	NCr\$ 220,00
p) — de NCr\$ 40.000,01 à NCr\$ 45.000,00	NCr\$ 230,00
q) — de NCr\$ 45.000,01 à NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 240,00
r) — de NCr\$ 50.000,01 em diante, mais 1/4% até o máximo de	NCr\$ 2.000,00

Nota 1 — pelos formais de partilha, 10% das custas acima.

Nota 2 — Nas renovações de inventário por morte de cônjuge ou terceiros após o cálculo de liquidação, as custas serão acrescidas em 10%.

IV — Busca em processos, livros de cartório, ou papéis arquivados, qualquer que seja o número de livros ou série de livros nela compreendidos ou de papéis arquivados, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome:

cada 10 (dez) anos	NCr\$ 2,00
--------------------	------------

V — Cobrança executiva fiscal:

Vide notas 1 e 2 da tabela IX, item XIX.

VI — Certidões, extraídas de autos, livros ou documentos: primeira folha	NCr\$ 2,00
por folhas que exceder	NCr\$ 1,00

VII — Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original, conserto e conferência de traslado ou pública forma	NCr\$ 2,00
---	------------

VIII — Cartas precatórias:

a) — recebidas pelo respectivo cumprimento	NCr\$ 10,00
b) — expedidas: conforme item VI desta tabela, fora a atuação;	
c) — requisitórias e rogatórias, idem, idem;	
d) — para avaliação de bens e pagamento de impostos, expedidas em processos de inventários e arrolamentos, providas de outros Estados, mais a metade das custas previstas no inciso III desta tabela.	

IX — Cartas de sentença

X — Cartas de adjudicação, remissão e arrematação: as mesmas custas serão cobradas na base de 1% sobre o valor da adjudicação, remissão ou arrematação.	NCr\$ 10,00
---	-------------

XI — Desquite por mútuo consentimento:

a) — não havendo bens a inventariar	NCr\$ 25,00
b) — havendo bens a inventariar, pela homologação da partilha, mais a metade das custas previstas pela tabela IX e III, calculadas sobre o valor dos bens do casal.	

XII — Diligência: as mesmas dos Juizes de Direito

XIII — DesestrANHamentos: por documento	NCr\$ 0,50
---	------------

XIV — Falências e Concordatas:

a) — processos de Falências e Concordatas, as mesmas custas taxadas no inciso n. XIX, calculadas sobre o valor do ativo apurado;	
b) — declaração de habilitação de crédito 10% do inciso n. XIX;	

c) — habilitação de crédito retardatário a pedido de restituição — 15% do inciso n. XIX;	
d) — Impugnação de crédito	NCr\$ 5,00
e) — extinção de obrigações: custas calculadas na base de 1% sobre o valor dos créditos reconhecidos, sendo o mínimo de NCr\$ 10,00 e o máximo de	NCr\$ 50,00
XV — Mandados de Segurança:	
a) — sem valor determinado ou inestimável	NCr\$ 20,00
b) — com valor determinado — a metade do taxado no inciso referente as ações ordinárias e especiais, sendo o mínimo de	NCr\$ 20,00
c) — por assistente ou litisconsorte que ingressar no curso do processo	NCr\$ 3,00
XVI — Ofícios em geral e editais:	
primeira folha	NCr\$ 2,00
por folha que exceder	NCr\$ 0,50
XVII — Processos acessórios, incidentes, preventivos e administrativos	NCr\$ 20,00
XVIII — Notificações, protestos e interpelações	NCr\$ 10,00
XIX — Processos ordinários e especiais:	
a) — Até NCr\$ 250,00	NCr\$ 30,00
b) — de NCr\$ 250,01 à NCr\$ 500,00	NCr\$ 35,00
c) — de NCr\$ 500,01 à NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 45,00
d) — de NCr\$ 1.000,01 à NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 60,00
e) — de NCr\$ 2.000,01 à NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 75,00
f) — de NCr\$ 3.000,01 à NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 90,00
g) — de NCr\$ 4.000,01 à NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 105,00
h) — de NCr\$ 5.000,01 à NCr\$ 7.500,00	NCr\$ 120,00
i) — de NCr\$ 7.500,01 à NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 140,00
j) — de NCr\$ 10.000,01 à NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 150,00
l) — de NCr\$ 15.000,01 à NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 160,00
m) — de NCr\$ 20.000,01 à NCr\$ 25.000,00	NCr\$ 170,00
n) — de NCr\$ 25.000,01 à NCr\$ 30.000,00	NCr\$ 180,00
o) — de NCr\$ 30.000,01 à NCr\$ 35.000,00	NCr\$ 190,00
p) — de NCr\$ 35.000,01 à NCr\$ 40.000,00	NCr\$ 200,00
q) — de NCr\$ 40.000,01 à NCr\$ 45.000,00	NCr\$ 210,00
r) — de NCr\$ 45.000,01 à NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 220,00
s) — de NCr\$ 50.000,01 em diante, mais 1/4% até o máximo de	NCr\$ 350,00

Nota 1 — Não havendo contestação, a metade das custas acima, o mesmo ocorrendo com ações e processos especiais com rito sumário.

Nota 2 — Nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, as mesmas custas da tabela acima, reduzidas de 3/4 (três quartos).

Nota 3 — Nas ações de despejo por falta de pagamento de aluguel, havendo purgação à mora, as mesmas custas da tabela acima, também reduzidas de 3/4 (três quartos).

Nota 4 — Nos processos de acidente de trabalho, quando houver acórdão homologado pelo Juiz, as custas serão cobradas na base de 1,5% sobre o valor da indenização.

Nota 5 — As custas desta tabela ("XIX") referem-se a todos os atos e termos do processo, excluídas as precatórias para prova e execução, alvarás, ofícios, cartas de sentença, formais de partilha e editais que não sejam de citação inicial.

XX — Recursos e exceções:

a) — em autos apartados	NCr\$ 5,00
b) — nos autos	NCr\$ 3,00

XXI — Restauração de autos: as mesmas custas que seriam devidas nos processos extraviados.

XXII — Pela atuação de processos em geral	NCr\$ 0,50
---	------------

TABELA X

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

I — Questões prejudiciais:

Exceções:	
conflito de jurisdição;	
medidas assecuratórias;	
incidentes de falsidade;	
perícias em geral;	
reconhecimento de pessoas e de coisas busca e apreensão:	
interdição de direitos e medidas de segurança	NCr\$ 8,00
fiança	NCr\$ 5,00

II — Restauração de autos extraviados ou destruídos

III — Processos em espécie:

a) que obedecam no rito do Livro II, Título I, Caps. I e III, do Código de Process Penal	NCr\$ 15,00
b) que obedecam o rito do Livro II, Título I, Cap. II, do mesmo Código:	
1.º — até a pronúncia, inclusive	NCr\$ 15,00
2.º — da pronúncia até o julgamento	NCr\$ 15,00
c) que obedecam ao rito do Livro II, Título II, Cap. V, do referido Código	NCr\$ 8,00

IV — Recursos:

a) embargos de terceiros em sequestro	NCr\$ 5,00
b) em sentido estrito, apelação e protestos por novo juri	NCr\$ 5,00

V — Incidentes de execução:

a) livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação	NCr\$ 5,00
---	------------

TABELA XI
ATOS DOS TABELLIAS

I — Reconhecimento de firma.		
a) uma (1)	NCr\$	0,30
b) as que excederem, cada uma	NCr\$	0,05
c) nos papéis destinados à matrícula escolar, respeitadas as isenções legais, cada firma	NCr\$	0,05
II — Autenticação de papéis, documentos e fotocópias: por ato		
	NCr\$	0,50
III — Procurações:		
a) adjudícia	NCr\$	2,50
b) outros	NCr\$	3,00
c) por outorgante que acrescer	NCr\$	0,30
d) "Em Causa Própria", metade das custas do item IV desta Tabela.		
IV — Escrituras:		
a) até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	30,00
b) de NCr\$ 1.000,01 à NCr\$ 2.000,00	NCr\$	30,00
c) de NCr\$ 2.000,01 à NCr\$ 3.000,00	NCr\$	50,00
d) de NCr\$ 3.000,01 à NCr\$ 4.000,00	NCr\$	65,00
e) de NCr\$ 4.000,01 à NCr\$ 5.000,00	NCr\$	75,00
f) de NCr\$ 5.000,01 à NCr\$ 7.500,00	NCr\$	90,00
g) de NCr\$ 7.500,01 à NCr\$ 10.000,00	NCr\$	110,00
h) de NCr\$ 10.000,01 à NCr\$ 15.000,00	NCr\$	120,00
i) de NCr\$ 15.000,01 à NCr\$ 20.000,00	NCr\$	130,00
j) de NCr\$ 20.000,01 à NCr\$ 25.000,00	NCr\$	140,00
k) de NCr\$ 25.000,01 à NCr\$ 30.000,00	NCr\$	150,00
m) de NCr\$ 30.000,01 à NCr\$ 35.000,00	NCr\$	160,00
n) de NCr\$ 35.000,01 à NCr\$ 40.000,00	NCr\$	170,00
o) de NCr\$ 40.000,01 à NCr\$ 45.000,00	NCr\$	180,00
p) de NCr\$ 45.000,01 à NCr\$ 50.000,00	NCr\$	190,00
q) de NCr\$ 50.000,01 à NCr\$ 75.000,00	NCr\$	200,00
r) de NCr\$ 75.000,01 em diante, mais 1/4% até o máximo de	NCr\$	250,00
a) Sem valor declarado	NCr\$	20,00
5) Testamentos:		
a) aprovação de testamento cerrado, inclusive a nota do artigo 1.643 do Código Civil	NCr\$	20,00
b) público	NCr\$	30,00
c) revogação de testamento	NCr\$	20,00
4) Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha Amigável		
por unidade ou quinhão, mais	NCr\$	30,00
	NCr\$	5,00
V — Certidões:		
a) de procuração	NCr\$	2,00
b) de escritura por fôlha	NCr\$	2,00

Nota 1 — As escrituras de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.

Nota 2 — Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, de alvarás, talões de ciza, certidões e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para recolhimento de tributos relativos às escrituras.

Nota 3 — É vedada a cobrança de emolumentos devida por atos praticados em outros ofícios.

Nota 4 — Se houver diferença entre o valor da escritura e o valor atribuído ao imóvel para o efeito do pagamento de imposto de transmissão da propriedade, as custas incidirão sobre o valor dado à escritura.

TABELA XII

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

I — Averbações (compreendidos todos os atos, inclusive certidão):		
a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento e de desquite, de ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de ação, ou atos que a dissolvam	NCr\$	5,00
b) de alteração de nome e reificação de assento	NCr\$	5,00
II — Certidões de nascimento, casamento ou óbito:		
a) em breve relatório	NCr\$	3,00
b) Verbum ad verbum, por fôlha	NCr\$	2,00
c) havendo necessidade de busca, até 10 anos — as mesmas custas dos escritões.		
III — Habilitação para casamento, inclusive o preparo de todos os documentos		
a) justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimento de idade e de consentimento	NCr\$	30,00
b) diligência para casamento fora do cartório, excluída a despesa com a condução, que será dada pelo interessado; as mesmas custas do Juiz.	NCr\$	10,00
IV — Registro de nascimento ou de óbito, com a 1.ª Certidão:		
a) independente de despacho judicial	NCr\$	4,00

b) mediante despacho judicial, inclusive o requerimento	NCr\$	8,00
V — Retificação de assento, a margem, mediante justificação, com ou sem prova		
	NCr\$	10,00
VI — Inscrição de casamento religioso		
	NCr\$	10,00
VII — Registros: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação e certidão		
	NCr\$	10,00
VIII — Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação, inclusive certidão		
	NCr\$	10,00

TABELA XIII

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMOVEIS

I — Arquivamento: de qualquer documento		
	NCr\$	2,00
II — Averbações: (incluídas prenotação, indicação, referências, certidão-talão, arquivamento e busca):		
a) — em geral: 1/2 (metade) das custas determinadas no item V, desta tabela;		
b) — de mudança de numeração, de construção, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento, de alteração de nome em virtude de casamento ou desquite, de retificação de transcrição ou inscrição, ou averbação que não importe na alteração do valor do contrato	NCr\$	5,00
c) — de constituição de condomínio:		
1) — até seis unidades	NCr\$	10,00
2) — por unidade que exceder a seis será cobrado NCr\$ 2,00 até o limite de	NCr\$	30,00
III — Busca nos livros e papéis:		
as mesmas das escritões.		
IV — a) Certidões de registro ou negativa do ônus real		
	NCr\$	2,00
b) Certidões negativas de propriedade (incluída a busca)	NCr\$	0,50

Nota 1 — Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais NCr\$ 0,20 por pessoa que exceder a uma.

Nota 2 — Entende-se por pessoa o casal interessado.

Nota 3 — Se a certidão do registro mencionada na alínea "a" do item IV se referir a mais de um registro será cobrado mais NCr\$ 0,50 de cada registro que exceder a uma.

V — Inscrição ou transcrição (incluídas prenotação, indicações, referências, certidão-talão e buscas):		
a) — sem valor declarado	NCr\$	10,00
b) — com valor:		
a) até NCr\$ 1.000,00	NCr\$	30,00
b) de NCr\$ 1.000,01 à NCr\$ 2.000,00	NCr\$	40,00
c) de NCr\$ 2.000,01 à NCr\$ 3.000,00	NCr\$	50,00
d) de NCr\$ 3.000,01 à NCr\$ 4.000,00	NCr\$	65,00
e) de NCr\$ 4.000,01 à NCr\$ 5.000,00	NCr\$	75,00
f) de NCr\$ 5.000,01 à NCr\$ 7.500,00	NCr\$	90,00
g) de NCr\$ 7.500,01 à NCr\$ 10.000,00	NCr\$	105,00
h) de NCr\$ 10.000,01 à NCr\$ 15.000,00	NCr\$	115,00
i) de NCr\$ 15.000,01 à NCr\$ 20.000,00	NCr\$	125,00
j) de NCr\$ 20.000,01 à NCr\$ 25.000,00	NCr\$	135,00
k) de NCr\$ 25.000,01 à NCr\$ 30.000,00	NCr\$	145,00
m) de NCr\$ 30.000,01 à NCr\$ 35.000,00	NCr\$	155,00
n) de NCr\$ 35.000,01 à NCr\$ 40.000,00	NCr\$	165,00
o) de NCr\$ 40.000,01 à NCr\$ 45.000,00	NCr\$	175,00
p) de NCr\$ 45.000,01 à NCr\$ 50.000,00	NCr\$	185,00
q) de NCr\$ 50.000,01 à NCr\$ 75.000,00	NCr\$	200,00
r) de NCr\$ 75.000,01 em diante, mais 1/4% até o máximo de	NCr\$	250,00
d) de loteamento de terreno na forma do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937:		
1) — até 50 lotes	NCr\$	30,00
2) — por unidade que exceder a 50 lotes, mais NCr\$ 1,00, por lote, até o limite de	NCr\$	50,00

VI — Prenotação no protocolo		
	NCr\$	3,00
VII — Processo de cancelamento de averbação no livro 8 (Decreto Lei n.º 58, de 10-12-1937): (incluída prenotação, atuação e certidões):		
a) por pessoa	NCr\$	5,00
b) notificação pessoal ou por edital	NCr\$	3,00

Nota 1 — As inscrições dos contratos de abertura de crédito, com garantia de penhor ou hipotecário, para financiamento agrícola e pecuária com o Banco do Brasil S/A, e Banco do Estado do Paraná S/A, pagarão a metade das custas previstas neste Regulamento.

Nota 2 — Nos registros de formais ou certidões de partilha, as custas serão calculadas sobre o valor total dos bens sujeitos a registro no respectivo Cartório.

TABELA XIV

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

I — Arquivamento		
	NCr\$	2,00
II — Averbação (incluída prenotação, indicação e arquivamento): metade das custas determinadas no item IX desta tabela.		
III — Busca: os mesmos emolumentos taxados neste Regulamento para os escritões.		
IV — Certidão:		
a) — Negativa de registro	NCr\$	2,00
b) — Em geral (incluída a busca) por fôlha	NCr\$	2,00

V — Inscrição de estatutos (incluindo arquivamentos, prenotação, autuação e indicações):

a) — para pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, benefic. ou religiosos	NCr\$ 10,00
b) — com capital social (fins econômicos):	
1) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 15,00
2) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 20,00
3) — até NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 25,00
4) — até NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 35,00
5) — até NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 45,00
6) — acima de NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 55,00

VI — Matrícula de Jornais e Oficinas (incluindo arquivamentos, prenotação, autuação e indicações)

NCr\$ 15,00

VII — Notificação (incluindo a certidão à margem do registro e no documento)

NCr\$ 5,00

VIII — Diligências:

as mesmas dos Juizes

IX — Registro (incluindo arquivamento, prenotação e indicações):

a) — de títulos e documentos sem valor declarado	NCr\$ 3,00
b) — de títulos e documentos com valor determinado:	
1) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 7,00
2) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 12,00
3) — até NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 17,00
4) — até NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 25,00
5) — até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 30,00
6) — até NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 35,00
7) — além de NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 40,00

TABELA XV

ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I — Anotação ou protesto:

a) — até NCr\$ 10,00	NCr\$ 1,50
b) — de NCr\$ 10,01 a NCr\$ 50,00	NCr\$ 2,00
c) — de NCr\$ 50,01 a NCr\$ 100,00	NCr\$ 2,50
d) — de NCr\$ 100,01 em diante mais NCr\$ 0,50 por 100,00 ou fração, até o máximo de	NCr\$ 50,00

II — Cancelamento ou anulação de protestos e averbações de pagamento:

Metade das custas ao n.º XI

NCr\$ 1,00

III — Intimação por coobrigado

IV — Buscas: as mesmas dos escrivães.

V — Certidões: as mesmas dos escrivães.

TABELA XVI

ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

DOS CONTADORES

I — Cálculo e liquidação para pagamento de impostos nos inventários e arrolamentos, nas arrematações adjudicações ou remissões, de redução de papéis de crédito ou títulos da dívida pública, em moeda corrente e vice-versa, redução de valores em moeda estrangeira para moeda nacional ou vice-versa:

a) — de bens até NCr\$ 10,00	NCr\$ 1,00
b) — além desse limite, NCr\$ 0,30 por NCr\$ 1,00 ou fração, inclusive intimação e certidão, até o máximo de	NCr\$ 10,00

II — a) — Conta de qualquer natureza, inclusive intimação e certidão

NCr\$ 2,00

b) — Contas de juros e prêmios de cada ano

NCr\$ 1,00

DOS PARTIDORES

I — Partilha ou sobre-partilha, 10% das custas previstas pela Tabela IX, N.º III.

II — Rateio, pelo que houver, as mesmas custas de número I. Observação: (as custas são contadas sobre o valor do monte mor).

DOS DISTRIBUIDORES

I — Certidão e busca: os mesmos emolumentos taxados para os escrivães.

II — Distribuição em geral, registros ou baixa

NCr\$ 2,50

III — Pelo cancelamento das ações executivas fiscais

NCr\$ 0,50

DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

I — De valores, títulos de dívida, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas sobre valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação até o máximo de NCr\$ 100,00

2%

II — De imóveis, urbanos ou rurais, sobre s/ valor, até o máximo de NCr\$ 100,00

2%

III — De móveis, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis até o máximo de NCr\$ 220,00

4%

IV — Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados, além dos emolumentos desta tabela, mais

10%

V — Pela administração de imóveis rurais ou urbanos, depositados, o triplo do item II.

VI — Nos executivos fiscais, quando houver depósito, os emolumentos serão calculados sobre o valor da dívida fiscal.

Nota — As custas acima não incluem as despesas justificadas e comprovadas com a guarda e administração dos bens depositados, que serão pagas depois de aprovação do juiz.

TABELA XVII

ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

I — Avaliação de ações de companhias, debêntures e títulos semelhantes e alugueis ou rendas:

Por NCr\$ 10,00 ou fração	NCr\$ 0,10
Emolumento máximo	NCr\$ 10,00

II — Avaliação de imóveis e outros bens:

a) — até NCr\$ 100,00	NCr\$ 1,50
b) — até NCr\$ 500,00	NCr\$ 3,00
c) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 6,00
d) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 10,00
e) — até NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 12,00
f) — até NCr\$ 5.999,99	NCr\$ 15,00
g) — de NCr\$ 6.000,00 em diante, 0,3% até o máximo de	NCr\$ 220,00

III — As custas constantes desta tabela, calculam-se sobre o valor global dos bens especificados em cada mandado de avaliação, não obstante o respectivo laudo ser discriminatório.

IV — Concluída a avaliação, o avaliador poderá exigir o prévio pagamento das custas (Cód. Proc. Civil, art. 56, caput), desde que apresente o laudo no prazo legal que é o de 10 (dez) dias. Nesse caso, passará o recibo à margem da cota respectiva.

TABELA XVIII

ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I — Auto de qualquer natureza, inclusive os atos complementares

NCr\$ 5,00

II — Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão

NCr\$ 3,00

III — Contra fé, por pessoa

NCr\$ 0,50

IV — Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessão

NCr\$ 3,00

V — Condução:

a) — dentro do perímetro urbano	NCr\$ 2,00
b) — fora do perímetro urbano	NCr\$ 3,00

Nota — Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência. Se houver pagamento antecipado, na forma do "caput" do art. 56 do Cód. Proc. Civil, o Oficial de Justiça lançará a cota para os efeitos do parágrafo 2.º do artigo referido e do artigo 59 do mesmo Código, com a observação de que as custas já foram pagas, e por quem.

TABELA XIX

ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITÓRIOS

I — Certidão: os mesmos emolumentos dos escrivães.

II — Pregão:

a) — efetuado em audiência	NCr\$ 0,50
b) — efetuado fora de audiência	NCr\$ 1,00

III — Percentagem, nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois desta: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de

NCr\$ 50,00

TABELA XX

ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

I — Arbitramento:

a) — de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa	NCr\$ 1,00
b) — de responsabilidade para especialização da hipoteca legal	NCr\$ 1,00

II — Corpo de delito:

a) — quando depender de exame médico ou cirúrgico	NCr\$ 10,00
b) — quando não depender desses exames	NCr\$ 5,00

III — Exames:

NCr\$ 10,00

NCr\$ 10,00

NCr\$ 100,00

NCr\$ 25,00

NCr\$ 100,00

NCr\$ 50,00

NCr\$ 50,00

NCr\$ 80,00

NCr\$ 10,00

TABELA XXI

DO INQUÉRITO POLICIAL
ATOS DAS AUTORIDADES PÚBLICAS

I — Ao delegado de Polícia e sub-delegados, pela sua intervenção em todos os atos de inquérito, metade das custas taxadas para os promotores públicos (n.º I da tabela VII).

II — Aos escrivães policiais, a metade das custas atribuídas aos escrivães do crime, pela natureza do processo, na conformidade da tabela XX, n.º III.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER ao Projeto de Lei n.º 25/70

SOMULA: Dispõe sobre o Regimento de Custas do Estado.

1. O presente projeto de lei é oriundo do Ofício n.º 120/70 de 26-04-70 do Egrégio Tribunal de Justiça, encaminhando a esta Assembleia o anteprojeto do Regimento de Custas Judiciais.

2. Sobre a matéria os senhores Deputados apresentaram diversas emendas, que foram anexadas ao Processo. Igualmente, consta do processo o Ofício n.º 230, de 03-04-70 da Procuradoria Geral do Estado, encaminhando a esta Casa proposição aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público, solicitando a supressão de custas aos Procuradores da Justiça.

3. Examinando detidamente o texto que foi enviado pelo Tribunal de Justiça, acompanhado das respectivas tabelas, bem como as emendas oferecidas pelos Senhores Deputados, e, ainda, as sugestões apresentadas, concluímos pela solução que nos pareceu a mais prática, qual seja, a de apresentar um Substitutivo Geral ao Projeto, no qual incluímos o que nos pareceu mais justo e condizente com a realidade dos serviços de nossa Justiça.

Este, Senhores Deputados, o nosso Parecer, que, com o Substitutivo Geral anexo, submetemos à Vossa elevada apreciação.

Sala das Comissões, em 6 de Maio de 1970.

(as) **Emílio Carrazzi** — Presidente
Luiz Renato Malucelli — Relator
Ivo Tomazini
Olavo Ferreira
Alencar Furtado

SUBSTITUTIVO GERAL — PROJETO DE LEI N.º 25/70

Art. 1.º — As custas dos atos judiciais, respeitadas as disposições das Leis do processo, serão contadas, cotadas e pagas de conformidade com este Regimento de Custas.

Art. 2.º — Constituem custas:

- a) — as taxas das tabelas anexas;
- b) — os selos e despesas com os serviços postal, telegráfico, de rádio-comunicação e telefônico;
- c) — as taxas de expediente;
- d) — a taxa judiciária;
- e) — as contas de publicação de avisos e editais;
- f) — as despesas de condução e estada, dentro do estritamente necessário nas diligências, atendidas as condições locais;
- g) — os honorários de advogados arbitrados na sentença e os honorários, salários e percentagens de peritos, arremessores ajudantes, depositários ou quaisquer outros colaboradores do juízo quando arbitrados pelo juiz, fixado a aprazimento das partes ou conforme a Lei aplicável;
- h) — as despesas úteis ou necessárias, devidamente comprovadas, feitas e a guarda, conservação ou remoção de bens depositados;
- i) — as despesas de arrombamento e remoção das ações de despejo e reintegração de posse assim, como nas de demolição ou denúncia de obras novas, as despesas relativas aos atos que o vencido não quiser praticar;
- j) — as certidões, publicações, fotocópias e traslados de quaisquer atos ou documentos provenientes de escritórios ou repartições públicas autarquias administrativas bem como as traduções e as transcrições, Registro Público, de documentos e a ela sujeitos;
- k) — as certidões afirmativas ou negativas de ônus, protestos de títulos de ações ou de quaisquer atos judiciais;
- l) — os impostos e taxas fiscais que forem pagos por determinação judicial ou em função do processo;
- m) — as multas impostas na forma das leis vigentes;
- n) — as indenizações devidas e testemunhas, na forma da lei.

Parágrafo Único — Os atos previstos em lei ou decorrentes dos estilos e prazos do foro, não incluídos na discriminação feita neste artigo ou qualquer das tabelas anexas, reputar-se-ão remunerados pelo conjunto das demais taxas ou pelos vencimentos percebidos por aquele que os praticar.

Art. 3.º — Constituem custas de retardamento:

- a) — as que paga o autor, quando o réu é absolvido de instância;
- b) — as que paga o existente que decai da exceção;
- c) — as que para o recorrente, quando o juízo "a que" lhe nega seguimento ao recurso, ou quando não se conhece do recurso ou lhe nega provimento.

CAPÍTULO II

Contagem das Custas

Art. 4.º — As custas serão contadas, em todos os feitos, com discriminação e clareza, pelo contador público e cotadas da mesma forma, no final de cada instrumento, ato ou processo, pelo serventuário, auxiliar ou funcionário que o tiver lavrado.

Parágrafo Único — O prazo para a contagem de qualquer feito é de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 5.º — No Tribunal de Justiça, as custas serão contadas por funcionários da seção competente e as respectivas contas visadas pelo Diretor Secretário.

Art. 6.º — Os tabelões consignarão, nos atos praticados nos livros respectivos, para constarem dos traslados e certidões que fornecem, as custas cobradas.

Art. 7.º — Os oficiais de Registros Públicos, bem como os de Protestos de Títulos, além da cota lançada nos documentos oriundos do registro, consignarão no final do ato praticado no livro respectivo as custas do ato.

Art. 8.º — No juízo arbitral, as custas serão contadas pela pessoa que servir de escrivão e na conformidade do estipulado no ato de instituição respectiva.

Parágrafo Único — Ocorrente omissão, aplicam-se as tabelas constantes deste Regimento.

CAPÍTULO III

Pagamento das Custas

Art. 9.º — As custas, nos feitos judiciais, serão pagas ao respectivo escrivão, que certificará o preparo nos autos e fornecerá recibo.

Parágrafo Único — As custas devidas pelo preparo do 2.º instância serão pagas pelo recorrente na Comarca de origem e a remessa feita pelo juízo recorrente.

Art. 10.º — Lançada a conta pelo contador, o escrivão fará conclusos os autos ao juiz que, depois de verificá-la e fazer as glosas ou adições necessárias, nela assinará o "visto".

Parágrafo Único — As contas só serão consideradas exigíveis após o "visto" do Juiz respectivo que ficará também responsável pela sua exatidão.

Art. 11.º — Recebidos os autos, com o "visto" a que se refere o artigo anterior, o escrivão diligenciará em 48 horas a intimação pessoal da parte, ou do respectivo procurador responsável pelo pagamento, exarando a competente certidão.

Art. 12.º — Efetuado o pagamento o escrivão distribuirá às autoridades, serventuários, funcionários ou auxiliares da Justiça, a quota-parte de cada um, mediante rubrica na própria conta, no prazo de 15 dias, sob pena de pagar-las em dobro.

Art. 13.º — As custas devidas à Ordem dos Advogados e às Associações dos Magistrados e dos Ministérios Públicos, serão encaminhadas pelo Agente de Rendas que efetuar o recolhimento da taxa judiciária às respectivas entidades no prazo de 7 (sete) dias.

Art. 14.º — Decorridos 30 dias da intimação a que se refere o artigo 11, se a parte ou o seu procurador não houver efetuado o pagamento das custas, o escrivão certificará a ocorrência e remane despatcho do juiz notificará a parte contrária ou o órgão do Ministério Público, se for o caso.

Parágrafo Único — Tratando-se de feito ou recurso em que o pagamento das custas em prazo certo, importar desistência, renúncia ou deserção, esgotado o prazo, o escrivão certificará nos autos fazendo os conclusos ao juiz, sob o juízo.

Art. 15.º — As custas reguladas por leis formais serão pagas na conformidade de provimento da Corregedoria Geral da Justiça.

Parágrafo Único — As custas devidas nos processos de liquidação de indenização por acidente do trabalho, conseqüentes e acordos entre as partes, serão distribuídas entre pessoas integrantes do respectivo juízo na conformidade do disposto em Portaria baixada bienalmente pelo Corregedor.

Art. 16.º — O pagamento das custas ao serventuário ou funcionário competente, importa na presunção de preparo do processo ou recurso na data respectiva.

Art. 17.º — As custas e cargo da Fazenda Pública Estadual e Municipal, serão pagas mediante despacho da autoridade competente, em requerimento, devidamente instruído, firmado pelo escrivão do feito, por si e em nome dos demais interessados.

Art. 18.º — O culpado pelo extravio de qualquer feito pagará as custas de reforma dos autos perdidos.

Art. 19.º — A falta de depósito ou pagamento das custas referentes aos atos ou diligências de defesa do réu em processo criminal não estará a que sejam praticados e realizados, oportunamente, aqueles atos ou diligências, ficando a salvo aos interessados a cobrança pela via legal das custas devidas.

CAPÍTULO IV

Isenções e Reduções

Art. 20.º — São isentos de custas:

- a) — os processos criminais de ação pública, ou qualquer outros de iniciativa do Ministério Público, salvo as exceções da lei processual respectiva;
- b) — os processos de "habeas-corpus", quer em primeira, quer em segunda instância;
- c) — os conflitos de jurisdição suscitados por autoridades judiciárias;
- d) — os processos de reclamação referentes a custas em primeira instância e as reclamações, representações, revisões em processos de menores, consultas, recursos e, em geral, os processos da competência do Corregedor e do Conselho Superior da Magistratura;
- e) — as habilitações de casamentos de pessoas comprovadamente pobres;
- f) — feitos em que houver decaído a parte beneficiada pela justiça gratuita nos termos das leis processuais;
- g) — os atos e processos referentes a menores abandonados e delinquentes, bem como os relativos a licença para o trabalho de menores;
- h) — nas ações por acidente de trabalho, o acidentado ou os seus beneficiários, quando vencidos;
- i) — os processos de arrecadação de herança jacente e bens vagos de valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos);
- j) — os processos de arrolamento e inventário, de valor inferior ao maior salário mínimo vigente no Estado;
- k) — os processos de alvarás de levantamento de depósitos em nome de órfãos ou interditos de valor inferior ao maior salário mínimo vigente no Estado;
- l) — os atos das autoridades, serventuários, auxiliares ou funcionários da Justiça que importem em fornecimento ou autenticação de papel ou documento que deva instruir pedido ou processo de benefício da Justiça gratuita, assim como aqueles expressamente declarados gratuitos por lei federal ou estadual uma vez que consignado no respectivo texto o fim a que se destina;
- m) — as certidões negativas previstas na Tabela XV, atos dos Oficiais de Protestos de Títulos, as pessoas físicas cuja renda mensal seja igual ou inferior a dois salários mínimos vigentes na sede da Comarca a que pertencer o cartório respectivo;
- n) — os emolumentos devidos pelos atos relativos ao sistema financeiro do Banco Nacional de Habitação gozando da redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 21.º — Não poderá ultrapassar do duplo da dívida ajustada, caso em que, reembolsadas as despesas de diligências efetuadas, serão as custas rateadas, pelo Juiz em despacho.

Art. 22.º — Nos feitos de valor reduzido, contestados ou não e nos processos sem valor determinado, inclusive preparatórios, preventivos ou incidentes, poderá o juiz, em despacho fundamentado, reduzir até a metade as custas respectivas, menos as de diligências, mediante pedido do interessado e uma vez convencido da boa fé do autor ou requerente e do resultado certamente negativo ou de que apenas será alcançado em parte o objetivo do procedimento judicial.

Art. 23.º — Se a parte indicar a data precisa do arquivamento ou o livro e a folha do ato que pedir, ou tratando-se de documentos em processo, indicar mês e ano, a busca será cobrada pela metade.

Art. 24.º — Nas reduções estipuladas neste Capítulo, não se inclui a taxa judiciária, cuja incidência é regulada em lei própria.

TABELA II

DIRETOR SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I — Certidões:
— as mesmas custas taxadas no item IV da tabela VIII
- II — Registro de diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito
- III — Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria, — as mesmas custas dos Tabeliães. NCr\$ 10,00

TABELA III

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA E SECRETÁRIO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

- I — Certidões:
— as mesmas custas taxadas no item IV da tabela VIII.

TABELA IV

JUIZES DE DIREITO

- I — No Civil
- a) Decisões homologatórias, em quaisquer processos, despachos saneadores e sentenças definitivas em processos administrativos NCr\$ 2,00
- b) Sentenças definitivas em processos contenciosos NCr\$ 5,00
- c) Recursos:
Embargos, sustentações ou reforma de despacho em recurso de agravo NCr\$ 2,00
- II — No Crime
- a) Livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação, decisões homologatórias, questões prejudiciais, perícias em geral, restituições de coisas apreendidas, sequestro, incidentes em geral, fiança, busca e apreensão NCr\$ 2,00
- b) Sentenças definitivas NCr\$ 5,00
- c) Recursos:
sustentação ou reforma de qualquer natureza NCr\$ 2,00
- III — Diligência
- a) na sede da Comarca NCr\$ 3,00
- b) fora da sede NCr\$ 5,00

TABELA V

JUIZES SUBSTITUTOS

- I — As mesmas custas taxadas na Tabela IV.

TABELA VI

JUIZES DE PAZ

- I — Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausente ou vagos NCr\$ 2%

Nota 1 — As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas à parte.

Nota 2 — Pela diligência de casamento as mesmas custas taxadas na Tabela IV.

TABELA VII

ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- I — Em primeira Instância
- a) Aos Promotores Públicos ou Substitutos, pela sua intervenção em qualquer processo de natureza criminal, sujeito à custas NCr\$ 0,50
- b) Pelo Parecer sobre estatutos de fundação NCr\$ 0,50
- c) Pela intervenção no processo de concurso para provimento de serventia da Justiça, inclusive exame de habilitação, de cada candidato NCr\$ 0,50
- d) Pela intervenção no processo de habilitação para o casamento NCr\$ 0,50
- II — Aos Curadores, as mesmas custas taxadas para os Promotores Públicos.
- III — Diligência aos Promotores e Curadores, as mesmas custas taxadas para os Juizes de Direito.

TABELA VIII

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CIVIL

- I — Arrecadação de herança jacente e bens vagos NCr\$ 50,00
- II — Alvará:
- a) Até NCr\$ 50,00 NCr\$ 3,00
- b) de NCr\$ 50,01 a NCr\$ 100,00 NCr\$ 5,00
- c) de NCr\$ 100,01 a NCr\$ 1.000,00 NCr\$ 10,00
- d) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 5.000,00 NCr\$ 15,00
- e) de NCr\$ 5.000,01 em diante NCr\$ 20,00
- III — Arrolamentos e inventários:
As custas serão cobradas sobre o valor do monte mor, na seguinte tabela:
- a) Até NCr\$ 250,00 NCr\$ 40,00
- b) de NCr\$ 250,01 a NCr\$ 500,00 NCr\$ 50,00
- c) de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 1.000,00 NCr\$ 60,00

- d) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 2.000,00 NCr\$ 80,00
- e) de NCr\$ 2.000,01 a NCr\$ 3.000,00 NCr\$ 100,00
- f) de NCr\$ 3.000,01 a NCr\$ 4.000,00 NCr\$ 120,00
- g) de NCr\$ 4.000,01 a NCr\$ 5.000,00 NCr\$ 140,00
- h) de NCr\$ 5.000,01 a NCr\$ 7.500,00 NCr\$ 180,00
- i) de NCr\$ 7.500,01 a NCr\$ 10.000,00 NCr\$ 200,00
- j) de NCr\$ 10.000,01 em diante, mais 0,45% (zero quarenta e cinco por cento) do que acrescer somados aos NCr\$ 200,00 do item "i", até atingir o teto de NCr\$ 2.000,00.

Nota 1 — Pelos formais de partilha, 10% das custas acima.

Nota 2 — Nas renovações de inventário por morte de conjuge ou herdeiros após cálculo de liquidação, as custas serão acrescidas de 25%.

- IV — Busca em processos, livros de cartório, ou papéis arquivados, qualquer que seja o número de livros ou série de livros nela compreendidos ou de papéis arquivados, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome: NCr\$ 2,00
- Cada 10 (dez) anos

- V — Cobrança executiva fiscal:
vide notas 1 e 2 — item XIX, desta tabela.

- VI — Certidões, extraídas de autos, livros ou documentos:
primeira folha NCr\$ 2,00
por folha que exceder NCr\$ 1,00

- VII — Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original, concerto ou conferência de traslado ou pública forma NCr\$ 2,00

- VIII — Cartas precatórias:
a) recebidas, pelo respectivo cumprimento NCr\$ 15,00
b) expedidas: conforme item VI desta Tabela, fora a autuação;
c) requisitórias e rogatórias, idem, idem;
d) para avaliação de bens e pagamento de impostos, expedidas em processos de inventários e arrolamentos, providas de outros Estados, mais a metade das custas previstas no inciso III desta Tabela.

- IX — Cartas de sentença NCr\$ 15,00

- X — Cartas de adjudicação, remissão e arrematação:
as mesmas custas serão cobradas na base de 1% sobre o valor da adjudicação, remissão ou arrematação.

- XI — Desquite por mútuo consentimento:
a) não havendo bens a inventariar NCr\$ 30,00
b) havendo bens a inventariar, pela homologação da partilha, mais a metade das custas previstas pela tabela VIII n.º III, calculadas sobre o valor dos bens do casal.

- XII — Diligência: as mesmas dos juizes de Direito.

- XIII — Desentranhamento: por documento NCr\$ 0,50

- XIV — Falências e Concordatas:

- a) processos de Falências e Concordatas, as mesmas custas taxadas no inciso XIX, calculadas sobre o valor do ativo apurado;
- b) declaração de habilitação de crédito 15% do inciso XIX;
- c) habilitação de crédito retardatário e pedido de restituição — 20% do inciso XIX;
- d) impugnação de crédito NCr\$ 7,00
- e) extinção de obrigações: custas calculadas na base de 1% sobre o valor dos créditos reconhecidos, sendo o mínimo de NCr\$ 10,00 e o máximo de NCr\$ 50,00

- XV — Mandados de Segurança:

- a) sem valor determinado ou inestimável NCr\$ 30,00
- b) com valor determinado — a metade do taxado no inciso referente às ações ordinárias e especiais, sendo o mínimo de NCr\$ 30,00
- c) por assistente ou litisconsorte que ingressar no curso do processo NCr\$ 5,00

- XVI — Ofícios em geral e editais:
primeira folha NCr\$ 2,00
por folha que exceder NCr\$ 1,00

- XVII — Processos acessórios, incidentes, preventivos e administrativos NCr\$ 30,00

- XVIII — Notificações, protestos e interpelações NCr\$ 15,00

- XIX — Processos ordinários e especiais:

- a) até NCr\$ 250,00 NCr\$ 30,00
- b) de NCr\$ 250,01 a NCr\$ 500,00 NCr\$ 40,00
- c) de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 750,00 NCr\$ 50,00
- d) de NCr\$ 750,01 a NCr\$ 1.000,00 NCr\$ 60,00
- e) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 1.500,00 NCr\$ 70,00
- f) de NCr\$ 1.500,01 a NCr\$ 2.000,00 NCr\$ 80,00
- g) de NCr\$ 2.000,01 a NCr\$ 3.000,00 NCr\$ 95,00
- h) de NCr\$ 3.000,01 a NCr\$ 4.000,00 NCr\$ 110,00
- i) de NCr\$ 4.000,01 a NCr\$ 5.000,00 NCr\$ 125,00
- j) de NCr\$ 5.000,01 a NCr\$ 7.500,00 NCr\$ 140,00
- k) de NCr\$ 7.500,01 a NCr\$ 10.000,00 NCr\$ 155,00
- l) de NCr\$ 10.000,01 a NCr\$ 15.000,00 NCr\$ 170,00
- m) de NCr\$ 15.000,01 a NCr\$ 20.000,00 NCr\$ 185,00
- n) de NCr\$ 20.000,01 a NCr\$ 25.000,00 NCr\$ 200,00
- o) de NCr\$ 25.000,01 a NCr\$ 30.000,00 NCr\$ 215,00
- p) de NCr\$ 30.000,01 a NCr\$ 35.000,00 NCr\$ 230,00
- q) de NCr\$ 35.000,01 a NCr\$ 40.000,00 NCr\$ 245,00
- r) de NCr\$ 40.000,01 a NCr\$ 45.000,00 NCr\$ 260,00
- s) de NCr\$ 45.000,01 a NCr\$ 50.000,00 NCr\$ 280,00
- t) de NCr\$ 50.000,01 em diante, mais 1/4 (um quarto) do que a acrescer somados aos NCr\$ 280,00 do item "t", até atingir o teto de NCr\$ 400,00.

Nota 1 — Não havendo contestação, 3/5 (três quintos) das custas acima, o mesmo ocorrendo com ações e processos especiais, com rito sumário.

Nota 2 — Nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, as mesmas custas da tabela acima, reduzidas de metade (1/2).

Nota 3 — Nas ações de despejo, por falta de pagamento de aluguel, havendo purgação à mora e nas ações executivas, antes de decorrido o prazo de 24 horas, após a citação inicial, as mesmas custas da tabela acima (item XIX), reduzidas da metade (1/2).

Nota 4 — Nos processos de acidentes de trabalho, quando houver acordo homologado pelo Juiz, as custas serão cobradas na base de 1,5% sobre o valor da indenização.

Nota 5 — As custas desta tabela (XIX) referem-se a todos os atos e termos do processo, excluídas as precatórias para prova e execução, alvarás, ofícios, carta de sentença, formais de partilha e editais que não sejam de citação inicial.

XX — Recursos e exceções:	
a) em autos apartados	NCr\$ 10,00
b) nos autos	NCr\$ 5,00
XXI — Restauração de autos:	
as mesmas custas que seriam devidas nos processos extraviados	
XXII — Pela atuação de processos em geral	NCr\$ 1,00

TABELA IX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

I — Questões prejudiciais:	
Exceções:	
conflito de jurisdição;	
medidas assecuratórias;	
incidentes de falsidades;	
perícia em geral;	
reconhecimento de pessoas e de coisas, busca e apreensão;	
interdição de direitos e medidas de segurança	NCr\$ 8,00
fiança	NCr\$ 5,00
II — Restauração de autos extraviados ou destruídos	NCr\$ 8,00
III — Processos em espécie:	
a) que obedeam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal	NCr\$ 15,00
b) que obedeam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II do mesmo Código:	
1.º) até a pronúncia, inclusive	NCr\$ 15,00
2.º) da pronúncia até o julgamento	NCr\$ 15,00
c) que obedeam ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código	NCr\$ 8,00
IV — Recursos:	
a) embargos de terceiros em sequestro	NCr\$ 5,00
b) em sentido estrito, apelação e protestos por novo juri	NCr\$ 5,00
V — Incidentes de execução:	
a) livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação	NCr\$ 5,00

TABELA X

ATOS DOS TABELIAES

I — Reconhecimento de firma:	
a) uma (1)	NCr\$ 0,30
b) as que excederem, cada uma	NCr\$ 0,05
c) nos papéis destinados à matrícula escolar, respeitadas as isenções legais, cada firma	NCr\$ 0,05
II — Autenticação de papéis, documentos e fotocópias:	
por ato	NCr\$ 0,50
III — Procurações:	
a) ad-judicia	NCr\$ 5,00
b) outros	NCr\$ 3,00
c) por outorgante que acrescer	NCr\$ 0,30
d) em causa própria, metade das custas do item IV desta Tabela.	
IV — Escrituras:	
1) —	
a) até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 40,00
b) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 60,00
c) de NCr\$ 3.000,01 a NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 80,00
d) de NCr\$ 5.000,01 a NCr\$ 7.500,00	NCr\$ 100,00
e) de NCr\$ 7.500,01 a NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 130,00
f) de NCr\$ 15.000,01 a NCr\$ 25.000,00	NCr\$ 160,00
g) de NCr\$ 25.000,01 a NCr\$ 35.000,00	NCr\$ 190,00
h) de NCr\$ 35.000,01 a NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 220,00
i) de NCr\$ 50.000,01 a NCr\$ 75.000,00	NCr\$ 250,00
j) de NCr\$ 75.000,01 em diante, mais 0,25% até o máximo de	NCr\$ 300,00
2) — Sem valor declarado	NCr\$ 20,00
3) — Testamentos:	
a) aprovação de testamento cerrado, inclusive a nota do art. 1643 do Código Civil	NCr\$ 20,00
b) público	NCr\$ 50,00
c) revogação de testamento	NCr\$ 30,00
4) — Constituição de condomínio e divisão ou partilha amigável	NCr\$ 30,00
a) por quinhão ou unidade, mais	NCr\$ 5,00
V — Certidões	
a) de procuração	NCr\$ 3,00
b) de escritura, por folha	NCr\$ 2,00

Nota 1 — Nenhuma acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, alvarás, talões de cisas, certidões e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para recolhimento de tributos relativos às escrituras.

Nota 2 — É vedada a cobrança de emolumentos devida por atos praticados em outros ofícios.

Nota 3 — Se o valor atribuído ao imóvel, para efeito do pagamento do imposto de transmissão de propriedade, for superior ao declarado no título, as custas poderão ser cobradas por aquele valor.

VI — Pública forma:

a) Primeira folha	NCr\$ 2,00
b) Por folha que exceder	NCr\$ 1,00

VII — BUSCAS: As mesmas dos Escrivães.

TABELA XI

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

I — Averbações (compreendidos todos os atos, inclusive certidão):	
a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento e desquite, de ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura, de ação ou atos que a dissolvam	NCr\$ 8,00
b) de alteração de nome e retificação de assento	NCr\$ 8,00
II — Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito:	
a) em breve relatório	NCr\$ 4,00
b) verbum ad verbum, por folha	NCr\$ 2,00
c) havendo necessidade de busca, até 10 anos, as mesmas custas dos escrivães.	
III — Habilitação para casamento, inclusive preparo de todos os documentos e sua inscrição	NCr\$ 40,00
a) justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimento de idade e de consentimento	NCr\$ 20,00
b) diligência para casamento fora do cartório, excluída a despesa com a condução, que será dada pelo interessado: as mesmas custas do Juiz.	
IV — Registro de Nascimento ou de Óbito, com a primeira certidão:	
a) Independente de despacho judicial	NCr\$ 5,00
b) mediante despacho judicial, inclusive o requerimento	NCr\$ 10,00
V — Retificação de assento, à margem, mediante justificação, com ou sem prova	NCr\$ 10,00
VI — Inscrição de casamento Religioso	NCr\$ 10,00
VII — Registros: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação e certidão	NCr\$ 15,00
VIII — Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação, inclusive certidão	NCr\$ 15,00

TABELA XII

ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I — Arquivamento: de qualquer documento	NCr\$ 2,00
II — Averbações (incluídas prenotações, indicação, referências, certidão talão, arquivamento e busca):	
a) Em geral: 1/2 (metade) das custas determinadas no item V, desta Tabela;	
b) de mudança de numeração, de construção, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento, de alteração de nome em virtude de desquite ou casamento, de retificação de transcrição ou inscrição, ou averbação que não importe na alteração do valor contrato	NCr\$ 8,00
c) de constituição de condomínio:	
1 — até seis unidades	NCr\$ 15,00
2 — por unidade que exceder a seis será cobrado NCr\$ 2,00 até o limite de	NCr\$ 50,00
III — Busca nos livros e papéis:	
As mesmas dos escrivães:	
IV — a) Certidões de registro ou negativa de ônus real	NCr\$ 3,00
b) Certidões negativa de propriedade (incluída a busca)	NCr\$ 1,00

Nota 1 — Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais NCr\$ 0,20 por pessoa que exceder a uma.

Nota 2 — Entende-se por pessoa o casal interessado.

Nota 3 — Se a certidão do registro mencionada na alínea "a" do item IV, se referir a mais de um registro será cobrado mais NCr\$ 0,50 de cada registro que exceder a uma.

V — Inscrição ou Transcrição (incluídas prenotação, indicações, referências, certidão talão e buscas):

a) com valor declarado e sem valor declarado: as mesmas custas taxadas, respectivamente, nos incisos 1 e 2 do item IV, da Tabela X — Atos dos Tabeliaes.	
b) de loteamento de terreno na forma do Decreto Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937:	
1) — Até 50 lotes	NCr\$ 30,00
2) — Por unidade que exceder a 50 lotes, mais NCr\$ 1,00 por lote até o limite de	NCr\$ 50,00
VI — Prenotação no protocolo	NCr\$ 5,00
VII — Processo de cancelamento de averbação no livro 3 (Decreto Lei n.º 59, de 10-12-37); (incluída prenotação, atuação e certidões):	
a) Por pessoa	NCr\$ 10,00
b) Notificação pessoal ou por Edital	NCr\$ 3,00

Nota 1 — As inscrições dos contratos e abertura de crédito, com garantia, de penhor ou hipotecário, para financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S.A. e Banco do Estado

do Paraná S.A., pagarão a metade das custas previstas neste regimento.

Nota 2 — No título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a eles relativos, as custas poderão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis no prazo de sessenta dias da sua lavratura.

TABELA XIII

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

I — Arquivamento	NCr\$ 2,00
II — Averbação (incluindo prenotação, indicação e arquivamento): metade das custas determinadas no item IX desta tabela.	
III — Buscas: os mesmos emolumentos taxados neste Regimento para os escriturais.	
IV — Certidão:	
a) — Negativa de registro	NCr\$ 2,00
b) — Em geral (incluindo a busca) por folha	NCr\$ 2,00
V — Inscrição de estatutos (incluindo arquivamentos, prenotação, autuações e indicações):	
a) — para pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, benéficos ou religiosos	NCr\$ 10,00
b) — com capital social (fins econômicos):	
1) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 15,00
2) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 20,00
3) — até NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 25,00
4) — até NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 35,00
5) — até NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 45,00
6) — acima de NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 55,00
VI — Matrículas de Jornais e Oficinas (incluindo arquivamentos, prenotação, autuação e indicações)	NCr\$ 15,00
VII — Notificação (incluindo a certidão à margem do registro e no documento)	NCr\$ 5,00
VIII — Diligências:	
As mesmas dos Juizes	
IX — Registro (incluindo arquivamento, prenotação e indicações):	
a) — de títulos e documentos sem valor declarado	NCr\$ 3,00
b) — de títulos e documentos com valor determinado:	
1) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 7,00
2) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 12,00
3) — até NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 17,00
4) — até NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 25,00
5) — até NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 30,00
6) — até NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 35,00
7) — além de NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 40,00

TABELA XIV

ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I — ANOTAÇÃO OU PROTESTO:	
a) — até NCr\$ 20,00	NCr\$ 0,50
b) — de NCr\$ 20,01 até NCr\$ 50,00	NCr\$ 1,00
c) — de NCr\$ 50,01 até NCr\$ 100,00	NCr\$ 2,00
d) — de NCr\$ 100,01 até NCr\$ 1.000,00 mais NCr\$ 1,00 por NCr\$ 100,00 ou fração.	
e) — de NCr\$ 1.000,01 em diante mais NCr\$ 0,50 por NCr\$ 100,00 ou fração até o máximo de	NCr\$ 75,00
II — CANCELAMENTO OU ANULAÇÃO DE PROTESTOS	
Metade das custas do n.º I	
III — INTIMAÇÃO:	
a) — até NCr\$ 20,00	NCr\$ 0,30
b) — de NCr\$ 20,01 até NCr\$ 50,00	NCr\$ 0,50
c) — de NCr\$ 50,01 até NCr\$ 100,00	NCr\$ 1,00
d) — de NCr\$ 100,01 até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 3,00
e) — de NCr\$ 1.000,01 em diante, fixo	NCr\$ 5,00
IV — TERMO DE AVERBAÇÃO DE PAGAMENTO:	
As mesmas custas do n.º III desta Tabela	
V — CERTIDÕES:	
a) — relatório breve, por ato	NCr\$ 2,00
b) — negativa e inteiro teor	NCr\$ 3,00
VI — BUSCAS:	
As mesmas dos escriturais.	

CAPÍTULO XV

ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

DOS CONTADORES:

I — Cálculo e liquidação para pagamento de impostos nos inventários e arrolamentos, nas arrematações, adjudicações ou remissões, de redução de papéis de crédito ou títulos da dívida pública, em moeda corrente e vice-versa, dedução de valores em moeda estrangeira para moeda nacional e vice-versa:	
a) — de bens até NCr\$ 10,00	NCr\$ 1,20
b) — além desse limite, NCr\$ 40,00 por NCr\$ 1,00 ou fração, inclusive intimação e certidão, até o máximo de	NCr\$ 12,00
II — a) — conta de qualquer natureza, inclusive intimação e certidão	NCr\$ 2,50
b) — contas de juros e prêmios de cada ano	NCr\$ 1,20

DOS PARTIDORES:

I — Partilha ou sobre-partilha, 10% custas previstas pela Tabela VIII, n.º III.	
---	--

II — Rateio, pelo que houver, as mesmas custas do n.º I. — Observação: (as custas são contadas sobre o valor do monte-mór).

DOS DISTRIBUIDORES:

I — Certidão e busca: os mesmos emolumentos taxados para os escriturais.	
II — Distribuição em geral, registros ou baixa	NCr\$ 2,50
II — Pelo cancelamento das ações executivas fiscais	NCr\$ 2,00

DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS:

I — De valores, títulos de dívida, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas sobre valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação: 2% até o máximo de	NCr\$ 100,00
II — de imóveis urbanos ou rurais, sobre seu valor: de 2% até o máximo de	NCr\$ 100,00
III — De imóveis, artigo de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis, de 2% até o máximo de	NCr\$ 250,00
IV — Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados, além dos emolumentos desta Tabela	10%
V — Pela administração de imóveis rurais ou urbanos, depositados, o triplo do item II.	
VI — Nos executivos fiscais, quando houver depósito, os emolumentos serão calculados sobre o valor da dívida fiscal.	

Nota — As custas acima não incluem as despesas justificadas e comprovadas com a guarda e administração dos bens depositados, que serão pagas depois da aprovação do Juiz

TABELA XVI
ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

I — Avaliação de ações de companhias, debêntures e títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:	
por NCr\$ 10,00 ou fração	NCr\$ 0,10
emolumento máximo	NCr\$ 10,00
II — Avaliação de imóveis e outros bens:	
a) — até NCr\$ 100,00	NCr\$ 5,00
b) — até NCr\$ 500,00	NCr\$ 7,00
c) — até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 9,00
d) — até NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 11,00
e) — até NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 13,00
f) — até NCr\$ 5.999,00	NCr\$ 16,00
g) — de NCr\$ 6.000,00 em diante, 0,3% até o máximo de	NCr\$ 260,00

TABELA XVII

ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I — Auto de qualquer natureza, inclusive os atos complementares	NCr\$ 8,00
II — Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão	NCr\$ 5,00
III — Contra fé, por pessoa	NCr\$ 1,00
IV — Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessão	NCr\$ 5,00
V — Condução:	
a) — dentro do perímetro urbano	NCr\$ 2,50
b) — fora do perímetro urbano	NCr\$ 3,50

Nota — Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência. Se houver pagamento antecipado, na forma do "caput" do art. 56 do cód. de Proc. Civil, o Oficial de Justiça lançará a cota para os efeitos do parágrafo 2.º do artigo referido e do art. 59 do mesmo Código, com observação de que as custas já foram pagas, e por quem.

TABELA XVIII

ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITORIO

I — Certidão: os mesmos emolumentos dos escriturais.	
II — Pregão:	
a) — efetuado em audiência	NCr\$ 0,50
b) — efetuado fora de audiência	NCr\$ 1,00
III — Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates requeridos antes da praça ou depois desta: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de	NCr\$ 50,00

TABELA XIX

ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

I — Arbitramento:	
a) — de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa	NCr\$ 1,00
b) — de responsabilidade para especialização da hipoteca legal	NCr\$ 1,30
II — Corpo de delito:	
a) — quando depender de exame médico ou cirúrgico	NCr\$ 10,00
b) — quando não depender desses exames	NCr\$ 5,00
III — Exames:	
a) — de sanidade	NCr\$ 10,00
b) — de sanidade mental, a arbitrio do juiz, que terá em vista a observação mais ou menos longa de NCr\$ 20,00 até	NCr\$ 100,00
c) — cadavérico, físico ou químico se o exame preceder à exumação	NCr\$ 25,00

- | | |
|---|--------------|
| d) — radioscópio, a arbitrio do juiz, de NCr\$ 20,00 até | NCr\$ 100,00 |
| e) — radiográfico a arbitrio do juiz, de NCr\$ 5,00 até | NCr\$ 50,00 |
| f) — da escrituração mercantil, a arbitrio do juiz, de NCr\$ 10,00 até | NCr\$ 50,00 |
| g) — de documentos, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato a arbitrio do juiz, de NCr\$ 5,00 até | NCr\$ 80,00 |
| h) — não especificado neste número de | NCr\$ 10,00 |

**TABELA XX
ATOS DAS AUTORIDADES POLICIAIS**

- I — a) — ao delegado de Polícia e Sub-Delegados pela intervenção em todos os atos de inquérito, metade das custas taxadas para os Promotores Públicos (n. II, de Tabela VII).
- b) — Aos Delegados de Polícia ou Sub-Delegados que não percebem pelos cofres do Estado pela sua intervenção em todos os atos de inquérito NCr\$ 10,00
- II — Aos escrivães policiais: metade das custas atribuídas aos escrivães do crime, pela natureza do processo, na conformidade da Tabela IX, n. III.

EMILIO CARAZZAT — Presidente
LUIZ RENATO MALUCCELLI — Relator
IVO THOMAZONI
JOSE ALENCAR FURTADO
ARMANDO QUEIROZ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO

PROPOSIÇÃO

O Conselheiro que este subscreve, pelos fundamentos que, em data de hoje, aduz em sessão plenária do Conselho Superior do Ministério Público, sujeita à alta consideração de seus pares, proposição no sentido de que seja aprovada moção a ser encaminhada à R. Assembléia Estadual Legislativa, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Desembargador Procurador Geral da Justiça do Estado, a fim de que, por emenda própria sejam suprimidas, do contexto do ante-projeto do Regimento de Custas, ora em vias de discussão naquela Casa, as previsões quanto às custas dos Procuradores de Justiça, "pela intervenção em qualquer processo civil ou criminal às mesmas sujeito" como se lê no inciso I da Tabela VII do referido ante-projeto, cf. publicação feita no "Diário do Paraná", ed. de sexta-feira, 27 de março de 1970.

JUSTIFICATIVA

A cobrança de custas judiciais, cuja constitucionalidade se nos afigura assás discutível face a reiterados preceitos da Lei Magna, contrasta, além disso, com o princípio da economia, dos serviços da Justiça, no quanto possam reclamá-los pessoas de recursos modestos e, ainda assim, não totalmente dependentes do benefício da Justiça gratuita.

Sem prejuízo das custas porventura assinaláveis aos agentes do Ministério Público de primeira instância e as que, de outra parte, devam ser recolhidas à "Associação Paranaense do Ministério Público", creem, os membros da Superior instância, que, em abdicando de qualquer participação em custas judiciais, possam, de alguma forma, concorrer para que a distribuição da Justiça não se faça com maior onerosidade, para as partes do que no presente.

Curitiba, 31 de março de 1970

a) — EROS NASCIMENTO GRADOWSKI
Procurador da Justiça

EMENDA AO PROJETO N. 25-70

No item III, da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Depositários Públicos, onde se lê:

NCr\$ 220,00, substitua-se por: NCr\$ 250,00.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item III, da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Distribuidores, onde se lê: NCr\$ 0,50, substitua-se por: NCr\$ 0,60.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item II, letra "B", da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Contadores, onde se lê: NCr\$ 1,00, substitua-se por: NCr\$ 1,20.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item II, letra "A", da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Contadores, onde se lê: NCr\$ 2,20 substitua-se por: NCr\$ 2,50.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item I letra "B", da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Contadores, onde se lê: NCr\$ 10,00, substitua-se por: NCr\$ 12,00.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item I letra "B", da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Contadores, onde se lê: NCr\$ 0,20, substitua-se por: NCr\$ 0,40.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item I, letra "A", da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Contadores, onde se lê: NCr\$ 1,00, substitua-se por: NCr\$ 120.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se ao CAPÍTULO IV, INSENÇÕES E REDUÇÕES — art. 20, o seguinte:

n) as certidões negativas previstas na Tabela XV, Atos dos Oficiais de Protestos de Títulos, às pessoas físicas cuja renda mensal seja igual ou inferior a dois (2) salários mínimos vigentes na sede da Comarca a que pertencer o Cartório respectivo.

Sala das Sessões, em 28 de Abril de 1970.

a) Dep. Olavo Ferreira

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se ao CAPÍTULO IV, Isenções e Reduções, onde convier:

Art. — Os emolumentos devidos pelos atos relativos ao sistema financeiro do Banco Nacional de Habitação gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento).

Sala das Comissões, em 28 de Abril de 1970.

a) Dep. Olavo Ferreira

EMENDA AO N.º V, DA TABELA XIII DO REGIMENTO DE CUSTAS

A — Tabela XIII, em seu n.º V, fica alterada pela forma seguinte:

V — Inscrição ou transcrição (incluindo indicações, referências, certidão, talão e buscas):

a — com valor declarado e sem valor declarado: as mesmas custas taxadas respectivamente nos incisos 1 e 2, do n.º IV da Tabela XI — ATOS DOS TABELIAES.

b — de loteamento de terreno na forma do Decreto-Lei n.º 58 de 10 de dezembro de 1937:

1) — até 50 lotes: NCr\$ 30,00

2) — por unidades que exceder a 50 lotes, mais NCr\$ 1,00

por lote, até o limite de NCr\$ 50,00

a) Abrahão Miguel

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o item I, da Tabela XXI, referente aos atos das Autoridades Policiais, pelo seguinte: "Ao Delegado de Polícia ou Sub-Delegado, que não percebem pelos cofres do Estado, pela sua intervenção em todos os atos de inquérito NCr\$ 10,00"

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Leopoldo Jacomel

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se ao Art. 47, Capítulo VIII, o seguinte:

Parágrafo Único: — As Tabelas referentes ao Regimento de Custas de verão ser fixadas pelos respectivos cartórios em lugar bastante visível ao Público, sob pena do Art. 28.

Sala das Comissões, em 4 de Maio de 1970.

a) José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se ao Capítulo III, Artigo 9.º, o seguinte Parágrafo:

Parágrafo Único: — As custas devidas pelo preparo de 2ª instância serão pagas pelo recorrente na Comarca de origem e a remessa feita pelo Juízo recorrido.

Sala das Comissões, em 4 de Maio de 1970.

a) José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

O artigo 13 terá a seguinte redação:

Art. 13 — As custas devidas à Ordem dos Advogados e às Associações dos Magistrados e do Ministério Público, serão recolhidas no ato do pagamento da taxa judicial, incumbindo ao distribuidor, no prazo de sete (7) dias, fazê-las as entidades respectivas.

Sala das Comissões, em 4 de Maio de 1970.

a) José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se onde couber:

Art. — O depósito pago na ação preparatória, não é mais devido na ação principal.

Sala das Comissões, em 4 de Maio de 1970.

a) José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item I, da Tabela XVI, referente aos atos dos Partidores, onde se lê: 16%, substitua-se por: 20%.

Sala das Sessões, em 4 de Abril de 1970.

a) Dep. Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

TABELA VIII

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CIVEL

I — Arrecadação de herança jacente e bens vagos NCr\$ 50,00

II — Alvará:

a) — Até NCr\$ 50,00 NCr\$ 3,00

b) — de NCr\$ 50,01 a NCr\$ 100,00	NCr\$ 5,00
c) — de NCr\$ 100,01 a NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 10,00
d) — de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 15,00
e) — de NCr\$ 5.000,01 em diante	NCr\$ 20,00

III — Arrolamentos e inventários:
As custas serão cobradas sobre o valor do monte mor, na seguinte tabela:

a) — Até NCr\$ 250,00	NCr\$ 40,00
b) — de NCr\$ 250,01 a NCr\$ 500,00	N 50,00
c) — de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 60,00
d) — de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 80,00
e) — de NCr\$ 2.000,01 a NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 100,00
f) — de NCr\$ 3.000,01 a NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 120,00
g) — de NCr\$ 4.000,01 a NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 140,00
h) — de NCr\$ 5.000,01 a NCr\$ 7.500,00	NCr\$ 180,00
i) — de NCr\$ 7.500,01 a NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 200,00
j) — de NCr\$ 10.000,01 em diante, mais 0,45 (zero quarenta e cinco por cento) do acrescer somados aos NCr\$ 200,00 do item "i", até atingir o teto de NCr\$ 2.000,00.	

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1970
a) Dep. Antônio Lopes Júnior

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se as letras j, k, m, n, o, p, q, r e s da Tabela IV, referente aos atos das Escrições do Civil, item III, pelo seguinte:

"j) — De mais de NCr\$ 10.000,00 até NCr\$ 30.000,00, NCr\$ 10,00 por cada NCr\$ 2.500,00 ou fração.

l) — De mais de NCr\$ 5.000,00 1/4% até o máximo de NCr\$ 2.000,00"

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1970
a) Dep. Leopoldo Jacomet

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMAM-SE: No artigo 48 (quarenta e oito) a expressão "de até mais dia", bem como inteiramente os dois parágrafos do artigo.

JUSTIFICATIVA: Quando o princípio já corriqueiro na legislação pátria, a revisão de salários, vencimentos e custas, na base do percentual estipulado para o aumento do salário-mínimo, percentual representativo de conclusão oficial sobre o aumento do custo de vida ocorrido no ano anterior, não se justifica a expressão contida no artigo 48 "DE ATÉ A META DIA", a não ser que se deseje restringir a vigência da Lei a ser votada e uma duração limitada até a data de implantação de novo salário-mínimo, possibilitando anualmente a sua substituição por novo Regimento de Custas. Aprovada a supressão pretendida, considerando já haver ocorrido a implantação do novo percentual do salário-mínimo no corrente ano, nada justifica a permanência dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 48. Assim, pela justiça e oportunidade da Emenda apresentada, espera-se seu autor seja recebido e aprovada.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1970.

a) — Olívio Belich

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

ALTERA A TABELA XIII

I	(sem alterações)	
II	(sem alterações)	
III	(sem alterações)	
IV	a) Certidões de registro ou negativa de ônus real	NCr\$ 5,00
	b) Certidões negativas de propriedade (incluída a busca)	NCr\$ 5,00
Nota 1		
Nota 2		
Nota 3	(sem alterações)	
V	Inscrição ou transcrição (incluindo as prenotações, indicações, referências, certidão-talão e buscas):	
	a) sem valor declarado	NCr\$ 50,00
	b) com valor:	
	... as mesmas custas referida na alteração à Tabela XI — item IV)	
VI	(sem alterações)	
VII	(sem alterações)	
Nota 1		
Nota 2		
Nota 3	Para efeito da aplicação à Tabela acima, considerar-se-á o valor atribuído na siss; permanecerá o valor do contrato quando transcrita no Registro Imobiliário até sessenta (60) dias da sua constituição.	

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1970.

a) Dep. Paulo Poli

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

ALTERA A TABELA XI PARA:

I — Reconhecimento de firma:	
a) — uma (1)	NCr\$ 0,50
b) — as que excederem, cada uma	NCr\$ 0,10
c) — nos papéis destinados à matrícula escolar — respeitadas as isenções legais, cada firma	NCr\$ 0,15
II — (sem alterações)	
III — Procurações:	
a) — adjudicia	NCr\$ 5,00
b) — outros	NCr\$ 5,00
c) — por outorgante que acrescer	NCr\$ 2,00
d) — "Em causa própria, metade das custas do item IV desta Tabela.	

IV — Escrituras:	
a) até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 50,00
b) de NCr\$ 1.000,00 a NCr\$ 2.000,00	NCr\$ 60,00
c) de NCr\$ 2.000,00 a NCr\$ 3.000,00	NCr\$ 70,00
d) de NCr\$ 3.000,00 a NCr\$ 4.000,00	NCr\$ 85,00
e) de NCr\$ 4.000,00 a NCr\$ 5.000,00	NCr\$ 100,00
f) de NCr\$ 5.000,00 a NCr\$ 7.500,00	NCr\$ 120,00
g) de NCr\$ 7.500,00 a NCr\$ 10.000,00	NCr\$ 150,00
h) de NCr\$ 10.000,00 a NCr\$ 15.000,00	NCr\$ 165,00
i) de NCr\$ 15.000,00 a NCr\$ 20.000,00	NCr\$ 180,00
j) de NCr\$ 20.000,00 a NCr\$ 25.000,00	NCr\$ 200,00
m) de NCr\$ 25.000,00 a NCr\$ 30.000,00	NCr\$ 215,00
n) de NCr\$ 30.000,00 a NCr\$ 35.000,00	NCr\$ 230,00
o) de NCr\$ 35.000,00 a NCr\$ 40.000,00	NCr\$ 250,00
p) de NCr\$ 40.000,00 a NCr\$ 45.000,00	NCr\$ 265,00
q) de NCr\$ 45.000,00 a NCr\$ 50.000,00	NCr\$ 280,00
r) de NCr\$ 50.000,00 a NCr\$ 75.000,00	NCr\$ 300,00
s) de NCr\$ 75.000,00 em diante mais 1/4% até o máximo de	NCr\$ 350,00
ximo de	NCr\$ 50,00
2) Sem valor declarado	

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1970

(a) Dep. Paulo Poli

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se no Regimento de Custas, a Tabela XV, Atos dos Oficiais de Protestos de Títulos, pelo seguinte:

PROTESTOS

I — ANOTAÇÃO	
a) de até NCr\$ 20,00	NCr\$ 0,50
b) de NCr\$ 20,10 até NCr\$ 50,00	NCr\$ 1,00
c) de NCr\$ 50,10 até NCr\$ 100,00	NCr\$ 2,00
d) de NCr\$ 100,10 até NCr\$ 1.000,00 mais NCr\$ 1,00 por NCr\$ 100,00 ou fração.	
e) de NCr\$ 1.000,10 em diante, mais NCr\$ 0,50 por NCr\$ 100,00 ou fração.	

II — INTIMAÇÃO	
a) até NCr\$ 20,00	NCr\$ 0,30
b) de NCr\$ 20,10 até NCr\$ 50,00	NCr\$ 0,50
c) de NCr\$ 50,10 até 500,00	NCr\$ 1,00
d) de NCr\$ 500,10 até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 3,00
e) de NCr\$ 1.000,00 em diante	NCr\$ 5,00

III — INSTRUMENTO DE PROTESTO
O dobro do número I

IV — TERMO DE AVERBAÇÃO DE PAGAMENTO
As mesmas custas do número II

CERTIDÕES

a) relatório breve, por ato	NCr\$ 2,00
b) negativa	NCr\$ 3,00
c) inteiro teor	NCr\$ 4,00

CANCELAMENTOS OU ANULAÇÕES

Metade (1/2) das custas do protesto.
Sala das Comissões, em 28 de abril de 1970
a) Olavo Ferreira

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Art. 1.º — Os cartórios nominados na Lei n. 5309, de 15 de julho de 1966, passarão ao domínio e administração do Estado, no prazo de 120 dias, ficando, a partir desta data, automaticamente oficializados.

Art. 2.º — O Poder Executivo, no prazo de doze meses, promoverá a organização do Quadro Próprio para aproveitamento dos atuais titulares das Serventias da Justiça, os quais receberão vencimentos correspondentes aos dos juizes das respectivas Comarcas.

Art. 3.º — Os Oficiais Maiores, Escreventes e demais servidores ocupantes de diversas funções nos Cartórios de Serventia da Justiça, serão aproveitados pelo Estado, levando-se em conta o tempo de serviço de cada um, não podendo qualquer deles perceber vencimentos inferior ao atual.

Art. 4.º — Os serviços de Cartório, em geral, passam a ser superintendidos na Capital e no Interior do Estado pela Corregedoria Geral da Justiça, por intermédio de sua Secretaria, onde ficam criadas uma Diretoria dos Serviços Judiciários da Capital e uma Diretoria dos Serviços Judiciários do Interior.

Parágrafo único — As Diretorias de Serviços Judiciários, nos respectivos setores, terão a incumbência de padronizar, simplificar e racionalizar os Serviços, Cartórios, mediante coleta de dados estatísticos e centralização dos serviços de material e pessoal.

Art. 5.º — O Estado indenizará, mediante avaliação a ser procedida por 3 (três) peritos, dois indicados pelo Estado e 1 pelo Corregedor Geral da Justiça, o valor dos imóveis, móveis e utensílios das serventias oficializadas.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1970

a) José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o item V, da Tabela XIII, referente aos atos dos Oficiais do Registro de Imóveis, pelo seguinte:

"V — Inscrição ou transcrição (incluindo as pre-notações, indicações, referências, certidão-talão e buscas):

a) — Sem valor declarado, a metade das custas da alínea "b", deste inciso, pelo equivalente ao valor venal da coisa objeto do título a registrar, declara pelo interessado, no ato do registro.

b) — Com valor declarado, as mesmas do inciso XIX, da Tabela IX"

Sala das Sessões, em abril de 1970.

a) Dep. Leopoldo Jacomet

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

O art. 48, passa a vigorar com a seguinte Redação:
"Art. 48 — As tabelas do presente Regimento de Custas serão atualizadas, sempre que houver aumento do salário mínimo, mediante Lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado.
 Sala das Sessões, em
 a) Negível
 David Federman

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

O Artigo 21 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte Redação:
"Art. 21 — Não poderão ultrapassar do duplo da dívida ajuizada, caso em que, reembolsadas as despesas de diligências efetuadas, serão as custas rateadas, pelo Juiz, em despacho".
 Sala das Sessões, em
 a) David Federmann

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

EMENDA MODIFICATIVA DE VALORES

Substitua-se os seguintes valores, na Tabela IV — Juizes de Direito

I — NO CIVEL			
a)	de NCr\$ 2,00, para	NCr\$ 5,00	
b)	de NCr\$ 5,00, para	NCr\$ 10,00	
c)	de NCr\$ 2,00, para	NCr\$ 5,00	
II — NO CRIME			
a)	de NCr\$ 2,00, para	NCr\$ 10,00	
b)	de NCr\$ 5,00, para	NCr\$ 10,00	
c)	de NCr\$ 2,00, para	NCr\$ 5,00	
III — DILIGENCIA			
a)	de NCr\$ 3,00, para	NCr\$ 10,00	
b)	de NCr\$ 5,00, para	NCr\$ 20,00	

Sala das Sessões, em 11 de Maio de 1970.
 a) Olívio Belich

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

EMENDA MODIFICATIVA DE VALORES

Substituam-se os seguintes valores, na Tabela I, Ato do Tribunal de Justiça — Secretaria do Tribunal de Justiça.

Nos incisos I e II, de NCr\$ 5,00, para			
NCr\$ 10,00,			
No inciso III,			
Letra "a",	de NCr\$ 5,00, para	NCr\$ 10,00;	
Letra "b",	de NCr\$ 1,00, para	NCr\$ 2,50;	
No inciso IV:			
Mínimo de NCr\$ 5,00, para	mínimo de	NCr\$ 10,00;	
Máximo de NCr\$ 30,00, para	máximo de	NCr\$ 50,00;	

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1970.
 a) Olívio Belich

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

TABELA XI

ATOS DOS TABELIAES

Modifique-se a redação dada à Nota 4, Substituindo-a pela seguinte:
Nota 4 — Se houver diferença entre o valor da escritura e o valor atribuído ao imóvel para o efeito do pagamento de imposto de transmissão de propriedade, as custas incidirão sobre o valor dado ao imóvel para o efeito do pagamento do imposto de transmissão.
 a) Dep. Olívio Belich

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Suprimam-se: — No artigo 48 (quarenta e oito) a expressão "de até a média), bem como inteiramente dos dois parágrafos do artigo.
 Sala das Sessões, em 11 de Maio de 1970
 a) Dep. Olívio Belich,

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o artigo 13 pelo seguinte:
"Art. 13 — As custas devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e Associação do Ministério Público, serão recolhidas, mensalmente, pelos Escrivães, às respectivas entidades, ficando sob a responsabilidade do Distribuidor o recolhimento das custas devidas à Associação dos Magistrados, descontando do total de cada recolhimento, para si, dez por cento (10%)".
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o item II, da Tabela XXI, referente aos atos das Autoridades Policiais, pelo seguinte:

"Aos Escrivães de Polícia nomeados "ad-hoc", as mesmas custas devidas aos delegados ou sub-delegados.

a) — Percebendo o Escrivão pelos cofres públicos, atribui-se-lhe 1/4% das custas devidas aos nomeados "ad-hoc".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Inclua-se no item I, da Tabela XXI, referente aos atos das Autoridades Policiais, o seguinte:

"a — Diligências fora do perímetro urbano, cada seis quilômetros percorridos NCr\$ 1,00"
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No inciso I, da Tabela XIII, referente aos atos dos Oficiais do Registro de Imóveis, onde se lê: "NCr\$ 2,00", substitua-se por "NCr\$ 10,00".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o inciso IV, da Tabela XIII, referente aos atos dos Oficiais do Registro de Imóveis, pelo seguinte:
"IV — a) Certidão negativa de ônus real NCr\$ 5,00
b) Certidão de registro NCr\$ 10,00
c) Certidão negativa de propriedade NCr\$ 10,00
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No inciso IV, letra B, da Tabela XIV, referente aos atos dos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde se lê: "NCr\$ 2,00", substitua-se por "NCr\$ 5,00".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

No item I da Tabela XIV, na parte referente aos atos dos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, onde se lê: "NCr\$ 2,00", substitua-se por: "NCr\$ 10,00".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o inciso III, da Tabela XIII, referente aos atos dos Oficiais do Registro de Imóveis, pelo seguinte:
"Busca nos livros e papéis:
a) — até 15 anos NCr\$ 5,00
b) — demais de 15 anos NCr\$ 1,00 cada dois anos".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

No inciso IV, letra "a", da Tabela XIV, referente aos atos dos Oficiais de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, onde se lê: "NCr\$ 2,00", substitua-se por "NCr\$ 10,00".
 Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se o item II, da Tabela XVII, na parte referente aos atos dos

AVALIADORES JUDICIAIS, pelo seguinte:			
"II — Avaliação de imóveis e outros bens:			
a) — até NCr\$ 100,00		NCr\$ 5,00	
b) — até NCr\$ 500,00		NCr\$ 7,00	
c) — até NCr\$ 1.000,00		NCr\$ 9,00	
d) — até NCr\$ 2.000,00		NCr\$ 11,00	
e) — até NCr\$ 4.000,00		NCr\$ 13,00	
f) — até NCr\$ 5.999,99		NCr\$ 16,00	
g) — de NCr\$ 6.000,00 em diante, 0,3% até o máximo de		NCr\$ 260,00	

Sala das Sessões, em de abril de 1970.
 a) — Deputado Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Substitua-se as letras a, b, c e d, da Tabela IX, item XIX, referente aos atos dos Escrivães do Civil pelo seguinte:
"a) — até NCr\$ 250,00 NCr\$ 40,00
b) — de NCr\$ 250,01 até NCr\$ 2.000,00 NCr\$ 60,00
 Sala das Sessões, em de abril de 1970
 a) Dep. Leopoldo Jacomé

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 25-70

Acrescente-se ao Art. 48, do Capítulo VIII, o seguinte:
§ 3.º — Da taxa judiciária serão deduzidos cinco (5%) por cento para a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná; cinco (5%) por cento à Associação do Ministério Público e dez (10%) por cento à Associação dos Magistrados do Paraná.
 Sala das Sessões, em 4 de maio de 1970.
 (a) Deputado José Alencar Furtado

EMENDA AO PROJETO DO REGIMENTO DE CUSTAS

Acrescente-se onde couber ou modifique-se para:
"Os processos distribuídos anteriormente à vigência da presente Lei, serão contados na forma do Regimento anterior".
 Sala das Sessões, em 13 de maio de 1970
 a) Antônio Lopes Júnior

EMENDA MODIFICATIVA DE VALORES E SUPRESSIVA DE ITENS

TABELA XI

ATOS DOS TABELIAES

I — Reconhecimento de firma:			
a) Por firma		NCr\$ 0,30	
b) Suprima-se:			
c) Suprima-se.			

JUSTIFICATIVA: A redação proposta simplifica a cobrança, igualando

preços para serviços idênticos, não se diferenciando a primeira de outras seguintes. Todas são firmas a serem reconhecidas, motivo por que o preço deve ser único.

III — PROCURAÇÕES:

- a) ad-judicial de NCr\$ 2,50 para NCr\$ 10,00
b) outras de NCr\$ 3,00 para NCr\$ 15,00
c) suprima-se;
d) mantida a do Projeto.

IV — ESCRITURAS:

3) Testamentos:

- a) aprovação de testamento cerrado, inclusive a nota do artigo 1643 do Código Civil, de NCr\$ 20,00 para NCr\$ 100,00;
b) público de NCr\$ 30,00 para NCr\$ 75,00;
c) revogação de testamento, de NCr\$ 20,00 para NCr\$ 50,00.

JUSTIFICATIVAS: a) Autor: Dep. Olívio Belich

INCISO III — Procurações representam atos de responsabilidade de funcionários e exigem livros próprios para as suas lavraturas, além de duas testemunhas, não sendo justo que custem menos da metade do preço de uma escritura sem valor declarado.

INCISO IV — Testamento é ato lavrado de próprio punho pelo Tabelião, exigindo o testemunho de cinco pessoas, passível de posterior contestação, obrigando o Tabelião a comparecer a Juízo, com perda de tempo. Pela solemnidade e pela significação justa e oportuna é a elevação das custas previstas.

EMENDA MODIFICATIVA

TABELA XVIII

ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DADA PELA SEGUINTE:

- I — Auto de Qualquer Natureza NCr\$ 10,00
II — Citações, Intimações ou Notificações, por pessoa, inclusive certidão NCr\$ 8,00
III — Contra-fé, por pessoa NCr\$ 2,00
IV — Os atos praticados por dois Oficiais de Justiça terão custas dobradas.
V — Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessão NCr\$ 6,00
VI — Certidão de Diligências negativas, sem culpa do Oficial, metade das custas de direito.
VII — Diligências, as mesmas taxadas para os Juizes de Direito
VIII — CONDUÇÃO:
a) dentro do quadro urbano NCr\$ 3,00
b) fora do quadro urbano NCr\$ 5,00
Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência.
IX — As custas comuns serão majoradas em cinquenta por cento se, por culpa do citando, notificando ou intimando, se tornar necessária uma citação ou mais diligências, para a sua localização, citação, notificação ou intimação;
X — Nos autos de qualquer natureza, até duas horas de trabalho, custas comuns.
a) além desse horário NCr\$ 3,00
XI — Nas ações de valor até NCr\$ 5.000,00 custas comuns.
a) acima desse valor, até NCr\$ 20.000,00, majoração de 50%
b) além de NCr\$ 20.000,00, majoração em dobro.
(a) Deputado OLÍVIO BELICH

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

TABELA XVIII — Atos dos Oficiais de Justiça

- I — Onde se lê: Auto de Qualquer Natureza, inclusive os atos complementares
Coloque-se Auto de Qualquer Natureza, inclusive os atos complementares NCr\$ 5,00
II — Onde se lê: Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão
Coloque-se: Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão NCr\$ 10,00
III — Contra-fé, por pessoa
Coloque-se: Contra-fé, por pessoa NCr\$ 3,00
IV — Onde se lê: Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação de processo, de cada dia de sessão
Coloque-se: Pelos atos que praticarem nas sessões do Juri, inclusive certidões para ordenação, de processo, de cada dia de sessão NCr\$ 8,00
V — Todos os atos que praticarem dois Oficiais de Justiça, serão as custas em dobro. NCr\$ 0,50
VI — Certidão de diligências negativas, sem culpa provada do Oficial de Justiça: metade das custas de direito.
V — da Condução. Onde se lê:
a) dentro do perímetro urbano NCr\$ 3,00
b) fora do perímetro urbano NCr\$ 2,00
VII — Laje-se e coloque-se:
a) dentro do quadro urbano NCr\$ 3,00
b) fora do quadro urbano NCr\$ 4,00
c) além do limite NCr\$ 0,30
por quilômetro.
VIII — Do citando, notificando ou intimando que causarem dificuldades, além da 3.ª diligência, devidamente certificada, as custas comuns serão majoradas em 50%
IX — Nos autos de qualquer natureza, até duas horas de trabalho, consecutivas as custas serão comuns.
Fora desse horário, por hora NCr\$ 3,00

X — Nas ações de valor até NCr\$ 5.000,00, custas comuns:

- a) acima desse valor até NCr\$ 20.000,00, majoração de 50%
b) além de NCr\$ 20.000,00, sem limites, majoração em dobro.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

No item I, da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Depositários Públicos, onde se lê: NCr\$ 100,00, substitua-se por NCr\$ 130,00.
Sala das Sessões, em de Abril de 1.970.

a) Dep. Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

No item II, da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Depositários Públicos, onde se lê: NCr\$ 100,00, substitua-se por NCr\$ 130,00.
Sala das Sessões, em de Abril de 1.970.

a) Arthur de Souza

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

No item II, da Tabela XVI, na parte referente aos atos dos Distribuidores, onde se lê: NCr\$ 2,50, substitua-se por NCr\$ 3,00.
Sala das Sessões, em de Abril de 1.970.

a) Arthur de Souza

EMENDA A TABELA XIII DO REGIMENTO DE CUSTAS:

Emenda para exclusão da nota 2, que diz: "Nos registros de formais ou certidões de partilha, as custas serão calculadas sobre o valor total dos bens sujeitos a registro no respectivo cartório.

a) Abraão Miguel

EMENDA A TABELA XIII DO REGIMENTO DE CUSTAS:

VII —

Nota 1 —

Nota 2 —

Nota 3 — "No título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativos, as custas poderão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura".

a) Dep. Abraão Miguel

EMENDA A SER APRESENTADA A TABELA XIII — ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

V — Inscrição ou transcrição — (incluindo indicações, referências, certidão-talão e buscas):

a) — A mesma Tabela dos Tabeliães.

a) Dep. Abraão Miguel

EMENDA A TABELA XIII DO REGIMENTO DE CUSTAS:

Emenda para exclusão da nota 2, que diz: "Nos registros de formais ou certidões de partilha, as custas serão calculadas sobre o valor total dos bens sujeitos a registro no respectivo cartório".

a) Dep. Abraão Miguel

EMENDA A SER APRESENTADA A TABELA XIII — ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

V — Inscrição ou transcrição — (incluindo indicações, referências, certidão-talão e buscas):

a) — A mesma Tabela dos Tabeliães.

a) Dep. Abraão Miguel.

EMENDA N.º 1

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

No artigo 20 letra G exclua-se:

"Os honorários de advogados arbitrados na sentença".

Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1.970

aa) Emílio Carazzai

Armando Queiroz de Moraes

Ivo Tomazoni

Olavo Ferreira

EMENDA N.º 2

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

O artigo 13 passará a ter a seguinte redação:

"As custas devidas à Caixa de Assistência aos Advogados, Seção do Paraná, e às Associações dos Magistrados e do Ministério Público, serão recolhidas mensalmente, incumbindo aos Distribuidores fazê-las e encaminhar às respectivas entidades".

Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1.970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Armando Queiroz de Moraes

Olavo Ferreira

EMENDA N.º 3

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

Ao quadro das tabelas, inclua-se uma outra, que terá o n.º XXI, com a seguinte redação:

"I — A Caixa de Assistência dos Advogados, Seção do Paraná, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro. NCr\$ 0,50

II — A Associação do Ministério Público por feito em que intervenha o respectivo representante NCr\$ 0,50

III — A Associação dos Magistrados do Paraná, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais de registro — NCr\$ 0,50

Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1.970.

aa) Emílio Carazzai

Armando Queiroz de Moraes

Olavo Ferreira

Ivo Tomazoni

Paulo Poli

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

A tabela XVIII, correspondente aos Atos dos Oficiais de Justiça, passa a vigorar com os seguintes valores:

- 1 — Auto de qualquer natureza
 - a) até duas horas de trabalho consecutivo NCr\$ 8,00
 - b) por hora excedente de trabalho, até o limite de NCr\$ 3,00
- Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1.970
- (aa) **Emílio Carazzai**
José Alencar Furtado
Olavo Ferreira
Antônio Lopes Júnior
Abraão Miguel
Paulo Poli

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

Acrescente-se na Tabela XVIII, dos Atos dos Oficiais de Justiça:

VI — Diligências, as mesmas custas taxadas para os Juizes de Direito.

Sala das Comissões, 13 de Maio de 1.970.

- (aa) **Emílio Carazzai**
José Alencar Furtado
Olavo Ferreira
Armando Queiroz de Moraes
Abraão Miguel
Paulo Poli

EMENDA N.º 6

AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

Na Tabela VIII — Arrolamentos e Inventários substitua-se a expressão "Pelos formais de partilha, 10% dos custos acima" para

"pelo conjunto de formais de partilha, 10% das custas acima".

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1.970

- (aa) **Armando Queiroz de Moraes**
Emílio Carazzai
Wilson Fortes
Olavo Ferreira
Abraão Miguel

EMENDA N.º 7

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 25/70

Na tabela X, substitua-se a redação da nota 3 (três) pela seguinte:

"As custas serão sempre calculadas sobre o valor dado ao imóvel para o efeito do pagamento do imposto de transmissão de propriedade".

Sala das Comissões, em 13 de Maio de 1.970.

- (aa) **Emílio Carazzai**
Armando Queiroz de Moraes
Paulo Poli
Ivo Tomazoni
Olavo Ferreira

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento de autoria dos srs. deputados Paulo Camargo e Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do funcionário Glaucio Flores de Sá Brito. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 27/70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando justificação das faltas nos dias 19, 20 e 21. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 433/68;

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228/69;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227/69.

Levanta-se a Sessão.